

## Quem disse ?

«A ponderação não deve implicar menos firmeza e vigilância na luta pelos nossos valores»

**Helena Roseta**  
Visão, 4 de Outubro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Orçamento de Estado 2002

### Coelho garante: Portugueses querem aprovação

Portugal deseja serenidade, tranquilidade e a aprovação do Orçamento de Estado para 2002. Foi esta a certeza deixada, ontem, pelo secretário-coordenador da Comissão Permanente do PS. Jorge Coelho falava no final da terceira e última ronda de audiências com o primeiro-ministro sobre o Orçamento.

Nas declarações aos jornalistas, Coelho mostrou-se confiante em que o Parlamento irá aprovar a proposta orçamental do Executivo, mas alertou para os prejuízos que o «chumbo» acarretaria para o País.

O camarada Jorge Coelho afirmou ter a certeza de que a maioria dos portugueses quer que o Orçamento do próximo ano seja aprovado.

O secretário-coordenador congratulou-se com a abertura evidenciada pelo Governo para chegar a um consenso com as diferentes forças políticas em torno da política orçamental para 2002.

Interrogado sobre as críticas das forças da oposição ao Orçamento de Estado do próximo ano, Coelho lembrou que «a forma como o País tem sido governado tem merecido estes anos todos o apoio maioritário dos portugueses», acrescentando ser «natural que esses partidos digam coisas completamente diferentes».

Por seu turno, o ministro da Presidência e das Finanças garantiu que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) português se situará, em 2002, num intervalo compreendido entre os 1,75 e os 2,25 por cento. Guilherme d'Oliveira Martins adiantou que a sua estimativa já leva em linha de conta a evolução da situação internacional após os atentados terroristas nos EUA.

## EM INAUGURAÇÃO DE AUTO-ESTRADA GUTERRES CONSIDERA

# CONCESSÃO A PRIVADOS ESSENCIAL PARA CONCRETIZAÇÃO DA REDE



O Governo do PS continua apostado em dotar o País, no mais breve curto espaço de tempo, de uma rede nacional de auto-estradas, condição fundamental para um ainda maior desenvolvimento económico, contando para isso com o contributo da iniciativa privada.

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou no dia 9, na inauguração dos primeiros troços de uma auto-estrada feitos por concessão a privados em Portugal, que esta opção, ainda objecto de críticas, é «essencial» para a concretização da rede nacional de auto-estradas até 2006.

## Política

### Comemorações 5 de Outubro Sampaio quer consensos em matéria de defesa e política externa



O Presidente da República portuguesa exigiu no dia 5 a criação de consensos políticos nas áreas da defesa, política externa e reforma do sistema político, um apelo que, na opinião de Jorge Sampaio, se justifica «mais vasto», devido aos reflexos da crise internacional no País.

## Política

### Ataques ao Afeganistão Guterres garante que não há razões para pânico



Apoio «inequívoco», solidariedade e apelos à calma no País pautaram as reacções do Governo. Para Guterres Portugal «está solidário de forma inequívoca» com os ataques desencadeados pelos EUA e pelo Reino Unido contra alvos afegãos.



## Portugal solidário com os EUA

O primeiro-ministro, António Guterres, na declaração ao País que efectuou logo após o início dos ataques lançados por forças norte-americanas contra alvos terroristas no Afeganistão, disse que Portugal «está solidário de forma inequívoca» com os Estados Unidos.

Afastando o cenário de Guerra Santa ou de uma guerra de civilizações contra o Islão, Guterres reafirmou que se trata de combater o terrorismo, posição aliás que merece a unanimidade dos Quinze e é «coerente» com «os valores e princípios» preconizados pelo Estado português, salientou.

Mostrando-se preocupado com as previsíveis consequências deste combate contra o terrorismo, que se prevê prolongado, o chefe do Executivo disse, esta semana, que o Governo se encontra empenhado na procura de soluções que minimizem o impacto da crise internacional na economia portuguesa. A este propósito, Guterres pediu aos portugueses serenidade e tranquilidade, afirmando que «não há nenhuma razão para pânico, ou para falsos alarmes. A nossa atitude deverá ser de tranquilidade e de serenidade». Adiantou que «cada português deverá continuar a fazer a sua vida com normalidade» e que isso é uma das formas de solidificar a economia nacional.

No que concerne à segurança, António Guterres relembrou que todas as medidas de segurança interna ponderadas pelo Executivo e pelo grupo de coordenação e segurança do Governo para um cenário de resposta militar norte-americana foram já tomadas.

Também Jaime Gama, na sua intervenção na reunião do Comité Permanente da Assembleia Parlamentar da OSCE que termina hoje em Sintra, ao enunciar as prioridades da presidência portuguesa da organização em 2002, salientou a solidariedade de Portugal para com os Estados Unidos da América, garantindo o empenhamento da próxima presidência portuguesa da OSCE nos esforços internacionais para erradicação do terrorismo, através de uma estratégia concertada com países e instituições.

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros, a Assembleia Parlamentar é um parceiro valioso na luta contra as novas ameaças e desafios à segurança, ao contribuir para o fortalecimento e consolidação dos princípios democráticos e institucionais. A cooperação, um «conceito-chave» para a organização, significa estimular uma colaboração crescente e a coordenação entre os diferentes organismos e instituições da OSCE, incluindo a Assembleia Parlamentar, bem como as estruturas centrais e as missões no terreno, defendendo a este propósito que o princípio da cooperação deve permanecer no âmbito da Arquitectura Europeia de Segurança.



## RECORDAR OS HERÓIS DE 1910 NUM JANTAR EM ALENQUER

Na última página da edição de 13 de Outubro do «Acção Socialista» era dado grande destaque ao já tradicional jantar de Alenquer comemorativo do 5 de Outubro, que como habitualmente reuniu centenas de socialistas e democratas sem filiação partidária.

Mário Soares, então primeiro-ministro, não faltou a este jantar, e numa intervenção plena de significado, recordou «o contributo à causa da liberdade» dado pelos heróis de 1910, sublinhando: «A homens como sarmento Pimentel muito ficamos a dever, e nós temos muita honra em poder seguir o mesmo combate republicano e socialista.»

Nesta edição, um dos temas em destaque era a cimeira da Internacional Socialista realizada em Atenas, em que participaram, entre outros, os camaradas Mário Soares, Manuel Alegre, Andreas Papandreu, Filipe González.

A visita histórica ao nosso país do Presidente de Moçambique, Samora Machel, era ainda notícia no órgão oficial do PS.

J. C. C. B.

13 de Outubro

Quem disse?

«Progresso está cada vez mais no dinamismo das autarquias»

Rosado Correia



## Comunidades «Portugal no Coração» em marcha

A operação «Portugal no Coração», que dá oportunidade a 32 emigrantes de visitarem o País natal ao fim de longos anos de ausência, arrancou segunda-feira, dia 8, prolongando-se por duas semanas.

Todos com idades entre os 70 e 90 anos, estes emigrantes, na maioria dos casos, há mais de quatro décadas que não pisam solo português.

É da Argentina e do Brasil que vêm os maiores contingentes, doze e nove, respectivamente, enquanto de São Tomé, Moçambique e Angola vem apenas um elemento de cada um dos países.

De Cuba, Venezuela, África do Sul e Estados Unidos são esperados dois portugueses de cada país.

A visita começou oficialmente com um

almoço presidido pelo secretário de Estado das Comunidades, João Rui de Almeida, no Inatel da Costa de Caparica, onde a comitiva está instalada.

São duas semanas de viagens que vão levar este núcleo de emigrantes do norte (Valença) a sul (Albufeira) de Portugal, com várias paragens para descanso e uma visita ao santuário de Fátima.

No dia 20 inicia-se o regresso aos países de acolhimento ou a ida para casas de familiares ou amigos para aqueles que puderem alargar mais um pouco esta visita proporcionada pela operação «Portugal no Coração».

A iniciativa realiza-se desde 1996 duas vezes por ano (Maio e Outubro), tendo este ano a sua décima segunda edição.

## Cultura & Segurança Imigrantes não são terroristas

O comissário europeu António Vitorino afirmou, no dia 8, em Lisboa, que «o actual clima de insegurança provocado pelos atentados terroristas de 11 de Setembro aos EUA pode aumentar as reacções xenófobas, mas não se pode identificar imigrantes com terrorismo».

Vitorino falava no seminário internacional «Culturas e Segurança», durante o primeiro painel de debate subordinado ao tema «Imigração, Integração e (In)segurança».

Num clima de insegurança provocado pelos recentes atentados terroristas aos Estados Unidos da América, António Vitorino constatou que «quando questionados, os cidadãos dos Estados-membros da União Europeia (UE) dizem que já há estrangeiros a mais, mas depois, há vagas de trabalho que não são preenchidas pelos nacionais». É neste contexto que «a Europa continua a pedir e a depender de imigrantes», disse o comissário da Justiça e Assuntos Internos, frisando que o objectivo da UE é, por um lado, «promover a sua integração», e por outro «gerir melhor os fluxos migratórios».



«Para promover a integração dos imigrantes é necessário criar condições jurídicas de acesso ao trabalho», afirmou António Vitorino, defendendo regras comuns a todos os Estados-membros.

O combate às redes de imigração clandestinas é uma das prioridades da União Europeia, «através da criação de uma guarda de fronteiras europeias, para permitir a liberdade de circulação dentro das fronteiras internas», disse.

Porto

## Fernando Gomes cria Plano Director Social para a cidade

O candidato do PS à presidência da Câmara do Porto, Fernando Gomes, anunciou no dia 6 que irá apresentar, até 16 de Dezembro, um Plano Director Social (PDS), um documento que fará a identificação dos problemas sociais da cidade.

«Um dos pontos fortes desta candidatura será promover um PDS», disse, explicando que, assim como existe o Plano Director Municipal para as questões urbanísticas e equipamentos, o PDS «tem como finalidade levantar os principais problemas sociais e encontrar as suas principais soluções».

Fernando Gomes, que falava no final de uma visita que realizou à Freguesia de Aldoar, disse que este PDS fará um levantamento «não só ao nível dos equipamentos sociais, mas também ao nível dos principais problemas sociais».

A criação desta «carta social para as questões sociais», que Fernando Gomes referiu ser «uma experiência pioneira no País», será debatida hoje, quinta-feira, no âmbito de uma iniciativa promovida pela sua candidatura, denominada «Viver e habitar uma cidade solidária».

## CONCESSÃO A PRIVADOS ESSENCIAL PARA CONCRETIZAÇÃO DA REDE

**O Governo do PS continua apostado em dotar o País no mais breve curto espaço de tempo de uma rede nacional de auto-estradas, condição fundamental para um ainda maior desenvolvimento económico, contando para isso com o contributo da iniciativa privada. O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou no dia 9, na inauguração dos primeiros troços de uma auto-estrada feitos por concessão a privados em Portugal, que esta opção, ainda objecto de críticas, é «essencial» para a concretização da rede nacional de auto-estradas até 2006.**

**A**ntónio Guterres, que presidiu à cerimónia de inauguração dos troços da A15 (Santarém/Caldas da Rainha) e da A8 (Caldas da Rainha/Marinha Grande), referiu-se à opção pela concessão aos privados como uma «estratégia vital» para a concretização da rede nacional de auto-estradas (3.000 quilómetros). Uma rede que, de outro modo, apenas se concluiria em 2020 ou 2030, «com gravíssimos prejuízos para a economia nacional e o bem estar das pessoas», disse. Esta nova metodologia permitiu ainda acabar com a construção de auto-estradas «aos bocadinhos», sublinhou, exemplificando com o caso da A8, que viu metade do seu percurso - da CRIL, em Lisboa, até Óbidos - ser aberto aos pedaços até 1996 e agora tem concluída, de uma só vez, a outra metade - da Arnóia até à Marinha Grande (o troço que liga a Leiria,



alterado a pedido das populações, deverá ser inaugurado em Março de 2002).

Prometendo prosseguir «com determinação até ao fim», o primeiro-ministro disse que haverá ainda «um conjunto muito significativo de concessões», nalguns casos com cobrança de portagem e noutros sem portagem, «com base em critérios de justiça na distribuição espacial do território».

Esta nova estratégia, disse, permite ainda integrar a rede nacional de auto-estradas nas redes ibérica e europeia, estando prevista a existência de cinco interconexões com a vizinha Espanha, duas já concretizadas - Valença e Caia -, uma a concluir em Novembro - com o prolongamento pelos espanhóis da auto-estrada de Huelva a Ayamonte, ligando à Via do Infante - e duas em preparação - Chaves e Vilar Formoso. Esta «colaboração entre Portugal e Espanha

no planeamento das suas infra-estruturas» não existia, segundo Guterres, no passado e permite «servir não apenas os interesses do país em termos internos, mas também a competitividade da nossa economia, que depende da rede europeia de estradas para grande parte das importações e exportações». António Guterres foi acompanhado na cerimónia e na visita que se seguiu aos 85 quilómetros de auto-estrada que abrem ao público às 17:00 de hoje pelo ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, pelos secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva, e uma numerosíssima comitiva, que incluía muitos autarcas da região.

### Homenagem a trabalhadores acidentados

A cerimónia foi marcada pela homenagem

aos oito trabalhadores mortos durante as obras - um minuto de silêncio e uma lápide junto ao nó de Santarém com os nomes dos trabalhadores -, tendo o presidente da empresa concessionária, a Auto-Estradas do Atlântico, garantido que esta tem acompanhado e procurado acelerar junto dos empreiteiros responsáveis o apuramento e pagamento das indemnizações às famílias das vítimas.

A Auto-Estradas do Atlântico, um consórcio de nove empresas de construção, investiu 83 milhões de contos na construção dos 36 quilómetros da A15 e dos 49 quilómetros da A8 (com três faixas de rodagem), 20 por cento dos quais provenientes de fundos dos accionistas e os restantes 80 por cento de créditos bancários.

A concessão, que se prolonga até 2028, foi concedida em Dezembro de 1998, tendo-se iniciado as obras na A8 em Outubro de 1999 e na A15 em Julho de 2000, envolvendo mais de três mil trabalhadores.

Para a exploração dos troços foram criados 230 postos de trabalho directos e 270 indirectos.

A empresa instalou circuitos internos de televisão para controlo do tráfego e painéis de informação para os automobilistas, tendo ainda três estações meteorológicas que fornecerão informação sobre a velocidade e o sentido do vento, chuva, previsões sobre gelo no pavimento e nevoeiro.

Para quem viajar nos novos troços, a viagem na A15, entre Santarém e Arnóia (Caldas da Rainha), custa 560 escudos (para veículos classe 1), enquanto pelos 49 novos quilómetros da A8 terá de pagar 680 escudos.

## COMPLEXO DE DESPORTO E DE LAZER EM MELGAÇO

**O** primeiro-ministro, António Guterres, inaugurou no dia 7 o Complexo de Desporto e Lazer do Monte do Prado, em Melgaço, Viana do Castelo, que significou um investimento público de três milhões de contos (15 milhões de euros).

O complexo, que integra o Centro de Estágios do Alto Minho, é constituído por um campo de futebol relvado (com pista de tartan, bancadas para cerca de 2.000 pessoas, balneários, sala de musculação, sala de massagens, sauna e gabinete médico) e um campo de treino com piso

sintético.

A estrutura compreende ainda uma piscina descoberta, lago artificial, circuito de manutenção, campo de mini-golfe, parque infantil, anfiteatro ao ar livre, parque de merendas, campo de ténis e um polidesportivo.

Segundo o camarada Rui Solheiro, presidente da Câmara de Melgaço, este complexo é uma das maiores apostas da autarquia, que com ele quer atrair para o concelho desportistas nacionais e estrangeiros, nomeadamente já aquando da realização do Euro 2004, que vai decorrer

em Portugal.

Agora, e «para o aproveitamento total deste investimento público», Solheiro quer ver instalado no concelho um pólo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, para ministrar ensino superior na área do desporto e do lazer.

«Essa é a cereja que falta em cima do bolo», referiu o autarca socialista, ao mesmo tempo que solicitava o «empenhamento pessoal do primeiro-ministro» nesta questão.

O Complexo de Desporto e Lazer de Melgaço vai ser complementado por um hotel de quatro estrelas e com cerca de 50

quartos, um investimento de cerca de 700 mil contos (3,5 milhões de euros), e por uma pousada da juventude, orçada em 500 mil contos (2,5 milhões de euros).

### Espaço Internet

Nesta deslocação a Melgaço, Guterres inaugurou ainda os remodelados Paços do Concelho, uma obra orçada em 220 mil contos (1,1 milhões de euros), e um Espaço Internet, um dos 115 que vão abrir em todo o País, num investimento de 6,5 milhões de euros (32,5 milhões de euros).



## SAMPAIO QUER CONSENSOS EM MATÉRIA DE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA

**O Presidente da República portuguesa exigiu no dia 5 a criação de consensos políticos nas áreas da defesa, política externa e reforma do sistema político, um apelo que, na opinião de Jorge Sampaio, se justifica «mais vasto», devido aos reflexos da crise internacional no País.**

**N**a cerimónia das comemorações oficiais dos 91 anos da implantação da República em Portugal, a que presidiu, Jorge Sampaio reafirmou a necessidade de os partidos procurarem «consensos políticos», «compromissos políticos», «entendimentos», em matérias estruturantes para o País. A política externa, a defesa, a reforma do sistema político, a justiça, são as áreas em que Jorge Sampaio afirmou não abdicar de exigir consensos políticos, uma necessidade que se reforça, afirmou, «face à nova situação internacional e ao alargamento e aprofundamento da União Europeia». O chefe de Estado sublinhou o papel, na história de Portugal no pós-25 de Abril, que tiveram os consensos políticos, «os pactos de regime interpartidários», nas matérias de política externa, política europeia, defesa e



segurança, na «consolidação da democracia e na modernização do País». Sampaio afirmou-se consciente de que «a construção de consensos é um caminho que nem sempre será fácil de trilhar» e alertou que esse caminho «sugere que se saiba afastar as tensões naturais da conflitualidade política do dia-

a-dia» e que «terá sobressaltos e momentos de recuo».

«Quando isso acontecer, a prioridade não deve ser a de assacar responsabilidades a este ou aquele partido», frisou.

Numa conjuntura de crise internacional, o apelo aos partidos «deve ser mais vasto», de forma a que «os partidos possam

procurar consensos que dêem resposta aos reflexos da crise internacional no país», afirmou.

O chefe de Estado discursou no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, após a cerimónia, marcada pela chuva, das honras militares e do hastear da bandeira nacional.

O presidente da autarquia lisboeta, o socialista João Soares, sublinhou, no seu discurso, o trabalho realizado pela autarquia em prol da cidade, «dando verdadeiro sentido ao que há de mais republicano na palavra servir».

Nesse sentido, João Soares destacou a «recuperação do antigo cinema Roma, o salvamento do cinema São Jorge, o fim dos casais ventosos da cidade, e a criação de novas bibliotecas».

O presidente da câmara anunciou ainda que Lisboa «vai ter um monumento de homenagem» às vítimas dos atentados terroristas de 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington.

Jorge Sampaio e João Soares visitarão também uma exposição, inaugurada no dia 5, de homenagem à Guarda Nacional Republicana, onde se pode ver um esquadrão do regimento de Cavalaria da GNR, em miniaturas esculpidas por Alberto e Carlos Cutileiro, e dezenas de fotografias que registam a história daquela instituição paramilitar até à actualidade.

## GUTERRES DEFENDE ANULAÇÃO DA DÍVIDA DE PAÍSES MUITO POBRES

**O presidente da Internacional Socialista, camarada António Guterres, defendeu no dia 5 em Paris que há um conjunto de países muito pobres onde a anulação da dívida é absolutamente imprescindível.**

**A**ntónio Guterres participou na capital francesa numa Jornada da Internacional Socialista (IS) dedicada ao lançamento de uma campanha para a anulação da dívida dos países mais pobres. Participaram vários dirigentes de partidos socialistas, assim como o primeiro-ministro da Costa do Marfim, Affi N' Guessan, registando-se a passagem do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin. «A anulação da dívida desses países mais

pobres deve obedecer a uma condição, de que tenham regras daquilo que eu chamei em francês "bonne gouvernance", boa governação», frisou António Guterres.

Para o presidente da Internacional Socialista, seria necessário estabelecer um contrato «credível, de que há democracia, de que o dinheiro não é gasto de forma corrupta, de que há programas sociais, de educação e saúde, em que aquilo que é poupado na anulação da dívida seja aplicado».

A aplicação da decisão de anular a dívida passa, no entanto, por um processo «que deve ser assumido globalmente pelo conjunto dos países mais desenvolvidos, pelas organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional...), porque isso afecta as ajudas bilaterais e multilaterais».

Mais ainda, referiu António Guterres, «é também necessário que as regras da

contabilidade se adaptem na análise das finanças públicas dos diversos países, e permitam fazer isto sem penalizar aqueles que querem perdoar uma dívida que alias nunca cobrarão», ou seja tido em conta num défice orçamental.

Anular a dívida não chega, «deve haver uma abertura incondicional dos nossos mercados de todos os produtos dos países mais pobres, uma abertura com que as nossas opiniões públicas estão de acordo», disse Guterres, no discurso proferido na sessão de encerramento da Jornada da Internacional Socialista.

### Fim das «off-shores»

O dirigente da IS defendeu igualmente o fim das «off-shores», que - disse - «não servem para nada, são uma fonte de injustiça, uma fonte de financiamento do

terrorismo, de branqueamento do dinheiro da droga, da prostituição e do tráfico de seres humanos».

Numa referência directa aos atentados contra os EUA de 11 de Setembro, António Guterres afirmou que «há que distinguir o essencial, o terrorismo deve ser combatido, e a pobreza não é uma causa para esses actos, assim como não é um milionário saudita o representante dos povos pobres do mundo».

«Se tivermos um mundo mais justo, teremos um mundo menos violento, mas temos que responder às pressões actuais, devido à crise provocada pelos atentados, crise essa que aponta para mais milhões de pobres, nomeadamente na África, com a morte de dezenas de milhares de crianças, ou seja mais vítimas do que aquelas que morreram nos atentados nos EUA».

## GUTERRES GARANTE QUE NÃO HÁ RAZÕES PARA PÂNICO

**Apoio «inequívoco», solidariedade e apelos à calma no País pautaram as reacções do Governo. Guterres afirmou que Portugal «está solidário de forma inequívoca» com os ataques desencadeados pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido contra alvos afegãos e apelou à calma, assegurando que o Governo já tratou de todas as medidas de segurança interna consideradas necessárias.**

O primeiro-ministro, António Guterres, numa curta declaração ao princípio da noite de domingo, esclareceu que o Executivo determinou que os locais de risco em Portugal que estavam sujeitos a controlos «intermitentes» passassem a ter uma fiscalização «permanente» por parte das forças de segurança.

Guterres afirmou que Portugal «está solidário de forma inequívoca» com os ataques desencadeados pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido contra alvos afegãos e apelou à calma, assegurando que o Governo já tratou de todas as medidas de segurança interna consideradas necessárias.

Numa declaração ao País, o chefe do Governo português referiu que a União Europeia (UE) foi logo informada pelas autoridades norte-americanas da ocorrência dos ataques contra alvos no Afeganistão, adiantando que ele próprio contactou com o primeiro-ministro belga (presidente em exercício da UE) e com o Presidente francês, Jacques Chirac.

Segundo o primeiro-ministro, a posição de apoio aos Estados Unidos da América merece a unanimidade dos Quinze e é «coerente» com «os valores e princípios» preconizados pelo Estado Português.

«Não estamos numa guerra santa, nem numa guerra de civilizações contra o Islão, mas, antes, a combater o terrorismo», acrescentou Guterres.

Interrogado sobre a possibilidade de Portugal ter um crescente envolvimento no combate ao terrorismo, o chefe do Governo não exclui qualquer cenário futuro, garantindo de seguida que «não há nenhuma razão para pânico, ou para falsos alarmes».

«A nossa atitude deverá ser de tranquilidade e de serenidade», recomendou o chefe do Executivo, frisando que «cada português deverá continuar a fazer a sua vida com normalidade», pois, entre outros aspectos, disso «depende a solidez da economia» nacional.

O governante manifestou ainda preocupação em «encontrar soluções que minimizem o impacto da crise internacional no sector económico português».

«O combate contra o terrorismo vai ser longo e difícil e com muitas facetas, pelo que a



nossa preocupação passa, não só por garantir a segurança dos portugueses, mas também por evitar que a situação afecte o seu bem-estar», declarou.

Segundo António Guterres, o Governo tem consciência de que a luta contra o terrorismo exige a concertação de esforços da comunidade internacional, em vários domínios, até porque será um combate prolongado.

«A nossa prioridade foi o reforço da segurança interna, de modo a impedir qualquer situação de ruptura e de pânico», sublinhou, aproveitando para agradecer aos membros das forças armadas e dos corpos policiais envolvidos em acções de protecção e manutenção da segurança. Guterres reuniu-se domingo à noite com o grupo de coordenação e segurança do Executivo, que inclui também os ministros da Presidência e Finanças (Guilherme d'Oliveira Martins), da Defesa (Rui Pena) e da Administração Interna (Severiano Teixeira) e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado.

### Prevenir exclusão e extremismo

O Presidente da República defendeu, no dia 8, o «reconhecimento integral» dos direitos dos imigrantes como forma de lutar contra a exclusão e o racismo e de evitar atitudes de hostilidade que podem conduzir ao extremismo.

Considerando que os atentados de 11 de Setembro a Nova Iorque e Washington podem «criar tensões com as minorias e outras culturas», Jorge Sampaio recusou, «sem reservas, uma lógica divisionista».

O chefe de Estado frisou o «empenhamento redobrado de Portugal» na luta contra o terrorismo internacional, «lado a lado com

os Estados Unidos».

O terrorismo «provoca maior insegurança, que se traduz numa atitude de receio e hostilidade perante as minorias cuja crescente exclusão as pode atrair para o extremismo e violência».

O Presidente da República reafirmou a solidariedade de Portugal com os Estados Unidos, «vítimas de uma agressão terrorista de dramáticas proporções» e considerou que os ataques ao Afeganistão constituem «um exercício legítimo perante o Direito internacional».

Numa declaração lida em Belém, Jorge Sampaio pediu «tranquilidade» aos portugueses e sublinhou que Portugal responderá na medida das suas capacidades «a todos os pedidos que sejam feitos pelos EUA».

### Apoio humanitário para povo afegão

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, excluiu, para já, a possibilidade de Portugal participar em acções militares contra alvos terroristas no Afeganistão.

As declarações do governante foram proferidas no dia 8, no final da reunião do grupo de coordenação e segurança do Governo, que decorreu em São Bento.

Gama dividiu o tipo de envolvimento dos países em luta contra o terrorismo em três escalões distintos, sendo o primeiro composto pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que já estão a desencadear acções militares contra alvos no Afeganistão.

Depois, o ministro fez um referência ao segundo grupo de países, no qual se encontra a França, a Austrália e o Canadá, que já disponibilizaram forças militares para

futuras acções antiterroristas.

«Há ainda um terceiro grupo com cerca de 40 países, entre os quais se encontra Portugal, que estão a conceder apoios para facilitar a luta antiterrorista», disse o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros.

«A NATO está a avaliar a situação e Portugal está disponível para avaliar pedidos suplementares de ajuda», acrescentou Jaime Gama, frisando que a luta antiterrorista «por parte da comunidade internacional» só terminará «com o desmantelamento da rede» que serve de base ao fenómeno do terrorismo.

«Ataques em larga escala contra pessoas inocentes, entre as quais portuguesas, não podem ser tolerados», comentou o ministro, numa referência indirecta aos atentados terroristas do passado dia 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.

Ao nível comunitário, Jaime Gama assegurou que a União Europeia terá um papel «importante» na recuperação económica do Afeganistão depois de resolvida a actual crise.

«Um papel importante para a UE» será o de organizar a «necessária acção coordenada para o apoio à recuperação económica do país», acrescentou o governante.

O chefe da diplomacia portuguesa explicou ainda que a actual «acção (militar) é acompanhada por uma acção político-diplomática para a estruturação de um novo sistema político legítimo no Afeganistão».

«Esse será um papel importante das Nações Unidas, a designação de uma administração provisória para o Afeganistão», disse Gama. A comunidade internacional terá igualmente de desenvolver um plano de apoio humanitário à população do «que não tem culpa daquilo que se passou no seu país e do apoio que os governantes actuais dão à organização mundial do terrorismo».

## ADJUNTO

**Entreculturas: escolarização e integração**

O ministro da Educação, Júlio Pedrosa, e o ministro Adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, estiveram presentes, ontem, no lançamento das novas publicações do Secretariado Entreculturas, no auditório da Gare Marítima da Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa.

Em concreto, foram lançados quatro livros e duas brochuras. Dois desses livros, «Gestão Intercultural do Currículo – 2º ciclo» e «Gestão Intercultural do Currículo – 3º ciclo» são instrumentos de trabalho destinados aos professores, com linhas teóricas e sugestões práticas sob o modo como o secretariado perspectiva interculturalmente a sua prática pedagógica.

Os outros dois livros integram a coleção *Interface*. Trata-se de uma coleção europeia de que o Secretariado Entreculturas é o editor português e que trata exclusivamente da história e da cultura do povo cigano.

O Volume 11 intitula-se «Minoria e Escolarização – O Rumo Cigano», é da autoria de Jean-Pierre Liégeois, director do Centre de Recherches Tsiganes da Universidade René Descartes (Paris), e dá uma panorâmica geral da escolarização e da socialização dos ciganos na Europa.

O Volume 24 – «Que Sorte, Ciganos na Nossa Escola!» – é o produto final de um projecto do secretariado, que divulga diversas experiências feitas em Portugal, no que respeita à escolarização, formação profissional e socialização das crianças, jovens e adultos ciganos.

As brochuras intitulam-se «Os Meninos e o Jardim-de-Infância» e «A Escola é uma Esperança», são dirigidas a todos os pais (em especial aos pais imigrantes) e contêm sugestões para uma melhor inserção dos seus filhos no jardim de infância e na escola do 1º ciclo do ensino básico.



## CULTURA

**Encontro de culturas pela paz**

O ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, defendeu o «dever incontornável» de se valorizar, em todo o mundo, o encontro de culturas como uma das formas de se alcançar a paz.

«Não há comunidades vivas, não há territórios humanizados, não há colectividades de pessoas que interagem sem a celebração das culturais tradicionais», sustentou o titular da pasta da Cultura. O ministro falava domingo, em Santa Maria da Feira, no fecho do 31º Congresso do Conselho Internacional de Organizadores de Festivais de Folclore (CIOFF), que durante cinco dias reuniu representantes de 53 países em debates sobre etnografia, folclore e artes tradicionais.

No seu discurso, Augusto Santos Silva defendeu também que a «riqueza da nossa cultura» se faz «não só da cultura erudita como da cultura popular, não só da criação contemporânea como da valorização da herança cultural».

O governante disse ainda que a cultura popular «desenvolve um dos mais poderosos movimentos de associação e cooperação das nossas sociedades».

Neste encontro do CIOFF foi aprovada a «Declaração do Porto» a favor da paz universal – um documento em que se alude aos ataques terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos, para se defender a necessidade de promover «um mundo de paz e entendimento».

Na declaração, os congressistas do CIOFF apelam aos líderes de todos os países para «apoiarem e tentem compreender» todas as heranças culturais dos diferentes países «a fim de se promover a amizade e cooperação internacionais».



## AGRICULTURA

**Aproveitar fim da BSE para conquistar mercado nacional**

O ministro da Agricultura afirmou no dia 6, na Benedita, que os produtores portugueses de carne de bovinos devem aproveitar o fim previsto da BSE, em 2003, para conquistar o mercado nacional.

Segundo estudos do Ministério da Agricultura, a BSE (doença das vacas loucas) deverá estar erradicada de Portugal até final de 2003, ao contrário do que sucede noutros países europeus, e «a carne portuguesa vai sofrer uma valorização de mercado», explicou Capoulas Santos.

O governante salientou que a tendência em Portugal passa pela diminuição de casos de BSE, ao contrário do que sucede noutros países, como são os casos da Alemanha ou Espanha.

«É muito gratificante verificar que, enquanto nós estamos no sentido decrescente, outros, porque não tomaram as medidas que nós tomámos», estão a «lidar com problemas que nós tivemos em 1997 e 1998», afirmou.

«Temos travado uma batalha muito dura em prol e defesa da saúde animal e indirectamente da saúde humana», referiu, destacando a importância do Sistema Nacional de Identificação de Bovinos (SNIB) para o efectivo controlo da doença.

A partir de 2004, a estratégia passa, portanto, pelo abastecimento do mercado nacional com produtos portugueses, actualmente dominado pela carne importada.

«É preciso que consigamos a preencher a nossa quota de mercado» e a «nossa aposta será ganhadora se continuarmos a apostar na qualidade», afirmou o ministro.

Por outro lado, a indicação da origem nos rótulos da carne permite aos consumidores optar pelo produto português ou importado e a tendência tem sido favorável aos produtores nacionais, explicou Capoulas Santos.

Nos últimos meses, registou-se em toda a Europa uma diminuição do consumo de carne de vaca, mas, em Portugal, esse fenómeno «não se verificou na carne portuguesa».

«A diminuição de 20 por cento do consumo teve uma reflexão total na carne importada e não na carne nacional, o que tem permitido manter os preços» pagos aos produtores, revelou o ministro



## ECONOMIA

**2001: Portugal crescerá acima da média europeia**

«Portugal poderá, no final de 2001, apresentar um crescimento superior ao da média europeia», disse, no dia 4, no Porto, o ministro da Economia, Braga da Cruz, no seminário onde se apresentou o relatório «O País não pode parar», de autoria da ANJE.

O ministro manifestou-se mesmo convencido de que «este ano ainda vamos ter crescimento acima da média europeia».

No seminário estiveram em discussão alguns temas, como o sistema económico, o sistema de inovação, o sistema de educação, o sistema político e o sistema da Administração Pública, sectores onde a ANJE considera haver algumas carências, para as quais apresentou alternativas através do documento.

Relativamente à questão de uma excessiva Administração Pública, o ministro da Economia contrapôs que o excesso não será tão grande se se comparar com outros países europeus. Braga da Cruz disse que tem encontrado uma Administração Pública de muita qualidade no País, gente com enorme empenhamento no que faz, embora também haja quem não se aplique da mesma forma.

«O que é fundamental à Administração Pública, é adaptar-se às necessidades dos diferentes níveis da administração portuguesa».

Relativamente à produtividade, Braga da Cruz reconheceu que se trata do grande desígnio nacional, mas, sublinhou que há uma tensão entre produtividade e pleno emprego.

«É necessário, inquestionavelmente, atrair mais investimento para Portugal, sobretudo o que acrescenta valor, ou fazer com que as empresas portuguesas tenham uma participação mais activa no processo da modernização e da sua internacionalização».

O responsável da pasta da Economia lembrou ainda que, na altura da cimeira luso-brasileira, verificou que há já 300 médias empresas portuguesas no Brasil, cobrindo praticamente todos os sectores de actividade.

## EQUIPAMENTO SOCIAL

**Auto-estrada Algarve/Sevilha pronta em Novembro**

A auto-estrada que ligará o Algarve a Sevilha estará concluída em Novembro, revelou, no dia 8, o ministro do Fomento espanhol numa reunião que manteve com o ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues.

Desta forma, e conforme disse aos jornalistas o ministro do Equipamento Social no final do encontro, depois da abertura do último troço de auto-estrada do Algarve, em Julho de 2002, «será possível ir de Valença do Minho até Ayamonte em auto-estrada sem interrupções».

Outro dos assuntos abordados na reunião foi a articulação de estratégias portuguesas e espanholas na área dos transportes, tanto ao nível rodoviário e como ferroviário.

«É importante articular estratégias entre Portugal e Espanha para que a integração na Europa

seja feita da forma mais harmoniosa possível», sublinhou o ministro da tutela. Quanto à rede de alta velocidade (TGV), o ministro do Equipamento Social afirmou que até ao final deste ano o primeiro-ministro irá revelar quais as prioridades do Governo nesta área.

«Caso venha a realizar-se mais uma cimeira luso-espanhola em Dezembro, pode ser que aí já seja possível explicitar quais as prioridades do Governo na rede de alta velocidade», frisou Ferro Rodrigues.

Aliás, segundo o ministro da tutela, a reunião de segunda-feira serviu também para ficar a conhecer melhor qual a programação e a rede espanhola: «É também necessário fazer a articulação da rede com as potencialidades espanholas», referiu. Por outro lado, o ministro do Fomento espanhol, Francisco Álvarez Cascos, informou Ferro Rodrigues sobre os objectivos da presidência de Espanha da UE em matéria de transportes e sublinhou a importância de Portugal e Espanha terem uma visão conjunta e coincidente nesta área.

**OBRAS PÚBLICAS**

**Recuperação de estradas secundárias até 2006**

O secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva, garantiu, no dia 4, a reabilitação de parte substancial da rede nacional de estradas secundárias até 2006, com a ajuda dos fundos comunitários.

«O enquadramento financeiro dado em particular pelo Quadro Comunitário de Apoio permite-nos prever, até 2006, um grande salto em frente também no domínio das estradas secundárias, com a reabilitação de parte significativa dessa rede», disse Vieira da Silva.

O governante falava após a consignação das obras de construção de um novo acesso de Arouca ao Litoral e da reabilitação de ligações a Castelo de Paiva e Cinfães.

Os três autos de consignação, assinados em cerimónias separadas nas sedes dos respectivos municípios, envolvem um investimento global de 7,5 milhões de contos, dos quais 4,5 milhões se reportam a dez quilómetros da nova via estruturante Arouca-Mansores que, no futuro, se estenderá até ao nó da auto-estrada em Santa Maria da Feira.

Os restantes três milhões de contos serão repartidos pela reabilitação dos lanços Escamarão-Cinfães (22 quilómetros, 1,4 milhões de contos) e Amelas-Castelo de Paiva (51 quilómetros, 1,6 milhões de contos), ambos na estrada nacional 222.

Esta última obra insere-se no «pacote» de melhoramentos prometidos pelo Governo a Castelo de Paiva, após o colapso da ponte de Entre-os-Rios.

No âmbito do mesmo «pacote» inclui-se a construção de uma variante às estradas 108 e 224 entre São Vicente (Penafiel) e Fornos (Castelo de Paiva), cujo concurso público foi aberto recentemente.

A variante, a integrar no futuro itinerário complementar 35, atravessará o Douro numa das duas pontes em construção em Entre-os-Rios.

Na sua deslocação aos três concelhos dos limites dos distritos de Aveiro e Viseu, Vieira da Silva aproveitou para assinar com a Câmara de Castelo de Paiva um protocolo que atribui ao Estado a responsabilidade por um pequeno lanço da variante à EN222, já construído na antiga zona mineira daquele município.



**PESCAS**

**Apoio para comunidade piscatória de Alagoa/Altura**

A Secretaria de Estado das Pescas (SEP) vai apoiar o projecto de modernização do porto de pesca Alagoa/Altura, no concelho de Castro Marim (Algarve), um investimento que ronda os 18500 contos (92.277 euros).

Segundo a SEP, trata-se de um projecto de investimento apresentado pela Câmara Municipal de Castro Marim, que visa a construção de 24 armazéns de aprestos para apoio à comunidade piscatória e a melhoria dos acessos à zona.

O projecto, integrado no âmbito do Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca, prevê ainda a aquisição de um tractor, uma máquina, um depósito de gelo e uma balança.

Com a homologação do secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, o projecto no



montante elegível de 18 430 contos (92.1 mil euros), vai receber um apoio do Programa Operacional PESCAS que ronda os 13 823 contos (69 mil euros), sendo o restante da responsabilidade da autarquia.

O núcleo piscatório de Alagoa/Altura é constituído por cerca de 25 pescadores que até agora têm vindo a armazenar os seus aprestos em condições deficientes.

**PRESIDÊNCIA-CM**

**Criar emprego e riqueza em Portugal**

O ministro da Presidência e das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, admitiu, no dia 4, reduzir a tributação das mais valias das empresas, tendo em vista proporcionar um maior grau de competitividade à economia nacional.

As declarações do ministro foram proferidas no final do Conselho de Ministros, após ter sido confrontado com a decisão do Governo espanhol de fazer com que os ganhos das empresas obtidos com a venda de bens activos do imobilizado corpóreo e activos financeiros da empresa sejam tributados à taxa de 18 por cento, contra os 35 por cento em vigor.

Oliveira Martins começou por referir que o Governo, «dentro de oito dias», anunciará um conjunto de medidas favoráveis ao investimento e à poupança.

«O Governo irá retirar as devidas consequências das alterações de circunstâncias em outros mercados, de forma a garantir a existência de condições de competitividade» em Portugal, adiantou o titular da pasta das Finanças.

O governante reforçou ainda que um dos objectivos prioritários do Executivo passa por «atrair capitais não especulativos, tendo em vista criar emprego e riqueza» no território nacional.

«Queremos dar um sinal claro aos mercados de que somos um país competitivo», acrescentou Guilherme d'Oliveira Martins.

Já em relação à hipótese de o Governo proceder a um adiamento do processo de privatização da TAP, o ministro das Finanças revelou-se cauteloso.

«Estamos a acompanhar com rigor a evolução do mercado internacional de transporte aéreo e a decisão do Governo tomará em linha de conta essa mesma evolução, assim como um vasto conjunto de outros elementos», concluiu.

**CONSELHO DE MINISTROS**

**Reunião de 4 de Outubro**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que estabelece o regime sancionatório aplicável a situações de incumprimento das sanções impostas por regulamentos comunitários e estabelece procedimentos cautelares de extensão do âmbito material do diploma;
- Uma resolução quadro de combate à fraude e evasão fiscal;
- Uma proposta de lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a directiva comunitária que altera a legislação europeia, introduzindo modificações em sede do IVA no que respeita à determinação do devedor do imposto;
- Decretos regulamentares que aprovam os Planos de Bacia Hidrográfica dos rios nacionais Cávado, Vouga, Mira, Mondego, Ave, Sado, Leça, Lima, e Lis;
- Um decreto-lei que regulamenta, no âmbito da actividade estatística oficial do SEN, a legalização de ficheiros de dados pessoais, junto da autoridade nacional nesta matéria, bem como o acesso e o tratamento pelo INE de dados pessoais de carácter administrativo;
- Um decreto-lei que aprova a quarta fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, SA e estabelece os seus termos e condições gerais;
- Uma resolução que estabelece as condições concretas da quarta fase do processo de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, SA;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto para a Inovação na Administração do Estado (IIAE);
- Um diploma que altera o decreto-lei que institui o regime de modulações aplicável aos pagamentos concedidos aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), prorrogando por um ano o prazo da sua entrada em vigor;
- Um decreto-lei que autoriza o Ministério das Finanças a transferir saldos de gerência de institutos públicos e a afectação de reservas acumuladas de fundos públicos em determinadas condições;
- Um decreto que aprova a prorrogação do Convénio Internacional do Café de 1994, assinado em Londres, em 30 de Março de 1994, por um período de dois anos;
- Uma resolução que nomeia como directora da Agência Nacional para o Programa «Juventude» a vogal da comissão executiva do Instituto Português da Juventude, Maria Engrácia Carvalho dos Reis Janela Cardim;
- Uma resolução que nomeia Diogo Pires Aurélio para o cargo de presidente da Comissão Nacional da UNESCO.

## FRAUDE FISCAL NA MIRA

**O** Executivo socialista deu luz verde, na passada quinta-feira, à estratégia de combate à fraude e evasão fiscal.

O Programa do Governo estabelece como um dos objectivos para a legislatura, no âmbito da política fiscal, o combate à fraude e evasão fiscais, privilegiando a prevenção, desenvolvendo o controlo, consolidando a Unidade de Coordenação Contra a Evasão e Fraude Fiscal e Aduaneira (UCLEFA) e as medidas anti-abuso, incrementando a fiscalização externa e dando prioridade ao desenvolvimento dos sistemas de informações fiscais e às trocas de informação nos planos nacional e comunitário.

A evolução da situação internacional e a necessidade de consolidação das finanças públicas determinaram a maior actualidade e exigência destes objectivos, que deverão dar lugar a medidas concretas e sistemáticas que permitam o integral cumprimento das obrigações fiscais como deveres de cidadania e o combate à

ilegalidade e à opacidade que podem facilitar práticas fraudulentas e criminosas. Com o objectivo de continuar a concretizar estes objectivos o Governo considerou necessário estabelecer um conjunto de orientações e princípios basilares no combate à fraude e evasão fiscais.

As acções relativas à evasão e fraudes fiscais e aduaneiras deverão ser objecto de articulação através da UCLEFA – estrutura de apoio consultivo e de participação do Ministério das Finanças –, tendo em vista melhorar os sistemas de luta antifraude, o que implica a realização de acções nos seguintes níveis:

- Política de comunicação e informação – dirigida ao controlo do fenómeno de evasão e de fraude fiscais pela opinião pública e pelos cidadãos em geral, tornando-o socialmente inaceitável;
- Política de cooperação – consubstanciada na celebração de protocolos e parcerias com entidades que integrem a Comissão Executiva, tendo em vista prosseguir acções conjuntas e harmonizar os procedimentos

e, ainda, a cooperação com entidades congéneres de outros países;

- Política de formação – traduzida na realização de acções que permitam a troca de experiências e de conhecimentos técnicos no combate à evasão e à fraude fiscais.

Quanto ao IRS deverá prever-se que os sujeitos passivos que deslocalizem a sua residência para país, território ou região sujeitos a um regime fiscal de tributação privilegiado não percam a qualidade de residentes fiscais em território português no ano em que se verifique a mudança, nem nos quatro anos subsequentes.

No que respeita à Contribuição Autárquica deverão prever-se medidas de combate à evasão relativamente a entidades proprietárias de imóveis que tenham residência, sede ou direcção efectiva em país, território ou região sujeito a regime de tributação privilegiada;

O plano de acção consubstancia ainda um conjunto de orientações em matéria de inspecção tributária, em sede de operações de reestruturação empresarial, e em matéria de preços de transferência.

Este diploma vem alterar o Código do IVA e alguma legislação complementar, merecendo destaque a eliminação da obrigação de as entidades não residentes, sem estabelecimento estável em território nacional, de aqui nomearem um representante fiscal, desde que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio noutro Estado-membro. Para estes, a nomeação de representante fiscal passa a ser facultativa.

Em matéria de representação fiscal de entidades não residentes, consagra-se ainda que o representante é o devedor originário do IVA relativo às operações efectuadas no território nacional pelo seu representado, ficando este, porém, solidariamente responsável com o representante pelo pagamento do imposto devido por essas operações.

Por outro lado, estabeleceu-se a obrigação de liquidação e pagamento do IVA nas aquisições efectuadas por parte dos sujeitos passivos do imposto, quando os transmitentes dos bens ou prestadores dos serviços sejam entidades não residentes, que aqui não disponham de estabelecimento estável nem tenham nomeado um representante fiscal.

O diploma prevê ainda que, nos contratos de fornecimento de bens ou de prestações de serviços, com um carácter continuado, em que o contrato não preveja uma periodicidade de pagamento ou em que esta seja superior a doze meses, o IVA se mostra devido e exigível no final de cada período de doze meses, pelo valor correspondente.

## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA ÁGUA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, decretos regulamentares que fixam os Planos de Bacia Hidrográfica dos rios nacionais Cávado, Vouga, Mira, Mondego, Ave, Sado, Leça, Lima, e Lis.

Tendo em vista a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos nacionais e de uma estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos, que sempre foi assumida como das prioridades políticas do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Governo aprovou, muito recentemente, os planos de bacia hidrográfica dos rios internacionais (Minho, Douro, Tejo e Guadiana), tendo inaugurado por essa via um novo instrumento de planeamento sectorial – o dos recursos hídricos – constituindo um relevante passo na concretização de um modelo mais moderno, dinâmico e adequado à gestão das bacias hidrográficas.

Este conjunto de diplomas procede à aprovação dos planos de bacia hidrográfica dos rios nacionais (Lima, Cávado, Ave, Leça, Vouga, Mondego, Lis, Sado e Mira), tendo em vista a implementação da referida estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos, a qual deverá culminar com a aprovação do Plano Nacional da Água, cuja fase de discussão pública já se encontra concluída.

Uma gestão correcta e moderna dos recursos hídricos passa necessariamente

pela definição de uma adequada política de planeamento e, conseqüentemente, pela aprovação de planos de recursos hídricos, tendo em vista a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial através da racionalização dos seus usos.

Neste contexto, estes instrumentos de planeamento significam muito mais do que o mero cumprimento da legislação nacional e comunitária, na medida em que constituem a primeira abordagem integrada dos nossos recursos hídricos, fornecendo informação, sistematizando objectivos e recursos de uma forma inteligível para a generalidade dos cidadãos, dando coerência à acção e fornecendo aos responsáveis políticos e da Administração Pública um conjunto fundamentado de sugestões e orientações tendo em vista a tomada de decisões mais correctas no domínio dos recursos hídricos. Visa-se, através destes Planos, apresentar um diagnóstico da situação existente nestas bacias hidrográficas, definir os objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos, delinear propostas de medidas e acções e estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e acções seleccionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos, bem como definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objectivos enunciados.

### IVA em mudança

Ainda na reunião do Conselho de Ministros do dia 8 foi aprovada uma proposta de lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a directiva comunitária que altera a legislação europeia, introduzindo modificações em sede do IVA no que respeita à determinação do devedor do imposto.

## APROVADO REGIME SANCIONATÓRIO PARA INCUMPRIMENTO

O Executivo socialista fixou, no passado dia 8, o regime sancionatório aplicável a situações de incumprimento das sanções impostas por Regulamentos Comunitários, estabelecendo procedimentos cautelares de extensão do âmbito material do diploma. A União Europeia tem vindo a adoptar, através de regulamentos, sanções de várias naturezas, nomeadamente financeira, a Estados, outras entidades ou indivíduos, com o objectivo de garantir o respeito pelas decisões pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas no que respeita ao território da Comunidade.

Dada a inexistência de um regime sancionatório comum, os regulamentos determinam que cada Estado-membro da União Europeia adoptará o seu próprio

regime a fim de o aplicar a todas as situações susceptíveis de conduzirem ao incumprimento das sanções decretadas.

O diploma aprovado em reunião de Conselho de Ministros destina-se a dotar a ordem jurídica nacional de um regime sancionatório adequado que permita punir situações de incumprimento das sanções impostas pelas normas jurídicas internacionais.

Por outro lado, estabelecem-se procedimentos cautelares de extensão do âmbito material do presente diploma, os quais se traduzem na possibilidade de arresto preventivo de fundos e recursos financeiros de entidades ou pessoas não incluídas no âmbito subjectivo de incidência das normas jurídicas internacionais.



DEPUTADO ANTÓNIO REIS

Direitos de autor

## PROTEGER O JORNALISTA



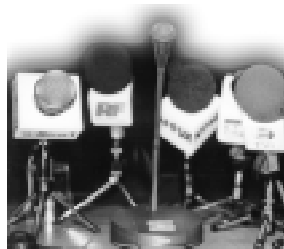
Entre o temor dos riscos assumidos pelas empresas de Comunicação Social e o receio pela usurpação dos legítimos direitos dos jornalistas, o Grupo Parlamentar do

Partido Socialista (GP/PS) encontrou uma fórmula «equilibrada e sensata» para serenas ambas as partes.

A ideia foi lançada, no passado dia 3, na Assembleia da República, pelo deputado do PS António Reis, aquando da discussão em plenário de dois projectos de lei (do PS e PCP) que regulam a protecção dos direitos de autor dos profissionais da informação.

Atendendo às experiências contratuais em curso, que António Reis considerou serem já «suficientemente inquietantes», o GP/PS resolveu recorrer à figura regimental do agendamento potestativo para apressar a discussão e aprovação do seu projecto de lei nesta matéria, permitindo ao mesmo tempo o agendamento do projecto de lei do PCP, em reconhecimento, aliás, do mérito que lhe coube de ter sido o primeiro a ser apresentado na mesa do Parlamento.

António Reis frisou a preocupação socialista de partir do actual Código do Direito de Autor



e dos Direitos Conexos, que já estabeleceu um quadro de protecção genérica dos direitos autorais dos jornalistas, para «conferir maior visibilidade, sistematização e transparência ao normativo actualmente vigente» e «introduzir algumas precisões e mesmo alterações que, à luz da experiência entretanto transcorrida, que protegessem de forma mais eficaz a parte contratual mais fraca – o jornalista».

«E foi isso que tentámos fazer, na perspectiva de que compete à lei estabelecer garantias e balizas, mas não propriamente substituir-se por inteiro à necessária e desejável

negociação entre as partes», declarou o parlamentar socialista.

Como aspectos essenciais do projecto de lei do PS, António Reis referiu a retoma do princípio geral segundo o qual o titular originário da obra é o seu criador intelectual, a quem se reconhece a faculdade de dispor sobre o uso a conferir à obra protegida, nomeadamente no que toca à disposição dos direitos patrimoniais que lhe são inerentes.

Ponto fulcral do diploma socialista é o elenco de cláusulas contratuais proibidas constante do artigo 6º, que tem como pressuposto a necessidade de a matéria relativa ao direito de autor se encontrar expressamente prevista por escrito em sede contratual.

Resultante da sistematização e junção de algumas disposições dispersas de protecção do direito de autor já vigentes no nosso ordenamento, o projecto do PS prevê que o jornalista passe a ter o direito de rever as cláusulas contratuais relativas a direitos de autor decorridos dois anos sobre aquela celebração.

«Pretende-se com isto atenuar as consequências de eventuais e infelizmente cada vez mais frequentes situações de precaridade laboral do jornalista aquando da assinatura do contrato, repondo o equilíbrio negocial desejável», disse o deputado do GP/PS, salientando de seguida a proibição clara de cláusulas que visem obter o consentimento do autor para utilizações da sua obra em órgãos de Comunicação Social indeterminados, ainda que detidos, total ou parcialmente, por empresas participadas, ou que integrem o mesmo grupo económico daquelas especificamente identificadas no contrato como beneficiárias das obras protegidas pelo direito de autor – prevenindo-se, assim, situações cada vez mais frequentes, em consequência do processo em curso de concentração em grandes grupos empresariais.

Segundo António Reis, «este conjunto de cláusulas tem, pois, o mérito de conferir aos jornalistas um maior peso à sua posição em

sede de negociação contratual, defendendo-os dos abusos que se têm vindo a praticar, mas preservando ao mesmo tempo a margem necessária à fixação de diferentes e variadas formas de remuneração adequadas à multiplicidade das situações concretas em causa».

### Soluções perigosas

Relativamente ao diploma comunista, o deputado do PS afirmou não ver razão para a inexistência, no mesmo, de uma disposição que clarifique a exclusão da protecção dos direitos autorais dos trabalhos jornalísticos que careçam de originalidade, «permitindo assim a leitura de que tudo e absolutamente tudo o que o jornalista escreve ou edita é obra criativa».

António Reis objectou igualmente o irrealismo de fixar por lei o valor das retribuições adicionais pela cedência da obra a terceiros ou a empresas participadas por aquela a cujo quadro redactorial o autor pertence, ou que integrem o mesmo grupo económico, ou ainda pela sua divulgação em suporte diferente do originalmente utilizado, «com absoluto desprezo pelas virtualidades da negociação em sede contratual».

Fazendo alusão aos diferentes tipos de jornalismo, às formas diversas de participação e funções no processo de criação da obra, António Reis, alertou para o perigo de se pretender que o legislador «invente tabelas» e se substitua à contratualização.

Na óptica do deputado socialista, «um tal excesso de protecccionismo estatal poderia, além do mais, produzir indesejáveis efeitos perversos nas políticas de contratação das empresas, doravante tentadas a substituírem a contratação para o quadro, a tempo inteiro, pela contratação à peça».

«Por isso não podemos dar o nosso apoio ao projecto do PCP que, embora animado das melhores intenções, consagra soluções substancialmente diferentes das nossas, além de perigosas», concluiu António Reis.

MARY RODRIGUES

JORNADAS DO PS

15 e 16 de Outubro

## ORÇAMENTO PARA 2002 EM DEBATE

O Orçamento de Estado para 2002 vai ser o tema dominante das jornadas parlamentares do PS que se realizam nos próximos dias 15 e 16, em Lisboa, com a presença do secretário-geral do Partido, António Guterres, e de alguns dirigentes ministros.

As jornadas parlamentares dos socialistas deverão decorrer no Hotel Altis (aguarda ainda confirmação), estando no centro do debate o Orçamento de Estado para o próximo ano, que será entregue no

Parlamento no próximo dia 15.

Apesar de os partidos não terem ainda anunciado qual o sentido de voto relativamente à proposta orçamental, as críticas feitas por toda a oposição ao Governo fazem crer que o Executivo poderá voltar a enfrentar uma situação semelhante à que levou à aprovação do Orçamento em vigor, viabilizado pelos 115 parlamentares da bancada do PS e pelo então deputado do PP Daniel Campelo.



## Revisão da Constituição aprovada por PS, PSD e CDS/PP

A quinta revisão extraordinária da Constituição foi aprovada no dia 4 de Outubro, na Assembleia da República, com a maioria de dois terços garantida pelos votos do PS, PSD e CDS-PP.

No entanto, na bancada socialista registaram-se três votos contra e uma abstenção. O PCP Bloco de Esquerda e Os Verdes votaram contra a revisão da lei fundamental. Os deputados socialistas Manuel Alegre, Medeiros Ferreira e Marques Júnior votaram contra a revisão por considerarem que indica «banalização e instabilidade» da lei fundamental. Numa declaração de voto conjunta, estes deputados socialistas afirmaram que os «compromissos» do PS para conseguir a maioria de dois terços facilitaram a inclusão de «disposições securitárias».

Helena Roseta, por sua vez, absteve-se na votação final global, tendo apresentado uma declaração de voto pela sua posição contra a alteração que permite a entrega de suspeitos de crimes graves a países da União Europeia, mesmo que apliquem a prisão perpétua.

BRUXELAS

Aviação

## COMISSÃO EUROPEIA VAI PROPOR AJUDAS LIMITADAS ÀS COMPANHIAS

A Comissão Europeia propôs, ontem, quarta-feira, ajudas públicas muito limitadas ao transporte aéreo, por considerar que a situação dispensa subvenções volumosas como as norte-americanas.

As propostas da Comissão basearão as discussões do conselho de ministros dos Transportes, a 16 de Outubro, no Luxemburgo.

Nos Estados Unidos, o plano de ajudas aprovado pelo presidente George W. Bush prevê subsídios às companhias aéreas, no valor de 15 mil milhões de dólares (cerca de 3,2 mil milhões de contos).

Na Europa, «menos duramente atingida», a comissária para os Transportes, Loyola de Palacio, e o seu colega com a pasta da Concorrência, Mario Monti, propõem apenas duas medidas financeiras.

Os Estados-membros podem propor uma indemnização pelas perdas em volume de negócios sofridas pelas companhias aéreas, entre 11 e 14 de Setembro, justificada pelo encerramento do espaço aéreo norte-americano.

Outra medida respeita ao alargamento até final de Dezembro, da cobertura prestada pelos Estados, em substituição das seguradoras, que depois dos atentados limitaram a 50 milhões de dólares (cerca de 11 milhões de contos) a cobertura por danos causados a terceiros, em consequência de guerra ou actos de terrorismo.

A Comissão Europeia poderá autorizar posteriormente novas ajudas, no caso de distorções de concorrência com as companhias norte-americanas subsidiadas. Eventuais concertações entre companhias – em ligações e horários, por exemplo – poderão ser apreciadas com «benevolência», mas sempre «casuisticamente», segundo as propostas

de Loyola de Palacio e Mario Monti.

Quanto aos custos do reforço das medidas de segurança no transporte aéreo, os dois comissários defendem que «devem ser assumidos pelos Estados».

Desde o início da crise na aviação civil europeia que a Comissão afirmou pretender evitar uma corrida às ajudas de Estado, como a verificada no início dos anos 90.

Alguns Estados membros, como Itália, Bélgica e Irlanda, têm feito pressão para que seja aberta a «torneira» das ajudas de Estado, mas a Comissão pretende evitar que a crise sirva de pretexto para relançar companhias aéreas em situação difícil.

No entanto, o rigor da Comissão não exclui a possibilidade de autorizar uma ajuda pontual de um Estado a uma companhia aérea, a título de «ajuda de salvamento».

O crédito intercalar de 125 milhões de euros (cerca de 25 milhões de contos) concedido pelo Estado belga à Sabena poderá configurar este caso.

Segundo os documentos preparados pelos serviços de Loyola de Palacio e Mario Monti, a Associação Europeia das Companhias Aéreas (AEA) prevê uma quebra de 3,6 mil milhões de euros (cerca de 720 milhões de contos) no volume de negócios das transportadoras aéreas europeias, para o conjunto de 2001.

O tráfego aéreo baixará 7,7 por cento, em termos anuais, com uma redução da capacidade (número de lugares oferecidos), de 4,7 por cento.

A AEA, que baseia as estimativas numa amostra de 13 companhias, afirma que 5,6 por cento da frota ficou imobilizada, desde os atentados.

As reduções de postos de trabalho poderão ir até 30 ou 40 mil, segundo a mesma fonte.

## UE convida Sharon e Arafat assistir à próxima sessão da assembleia geral da ONU

O ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Louis Michel, apelou no dia 7 ao primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, e ao presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, que assistam à próxima sessão da assembleia geral da ONU, em Nova Iorque.

«Devemos aproximar estes dois homens de forma a que prossigam o processo de paz», declarou Michel.

A Bélgica assume, actualmente, a presidência da União Europeia.

Após as pressões da UE e dos Estados Unidos, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, e Yasser Arafat encontraram-se no dia 24 de Setembro para estabelecer um acordo de cessar-fogo, após um ano de violência.

A próxima sessão da assembleia geral da ONU decorrerá entre os dias 10 e 16 de Novembro.

UE/SEYCHELES

Pescas

## NOVO ACORDO MANTÉM CAPACIDADE



A Comissão Europeia e as Seycheles assinaram um novo acordo de pescas, que mantém a mesma quota de toneladas de atum que a frota comunitária pode pescar, mas reduz o número de barcos relativamente ao anterior convénio.

O acordo, exclusivamente para a pesca de atum, terá a duração de três anos, entrando em vigor a 18 de Janeiro de 2002 e terminando a 17 de Janeiro de 2005.

As duas partes mantêm acordos pesqueiros desde os anos 80. Para a União Europeia (UE), o protocolo relativo à captura de atum é o mais importante entre os Quinze e um país terceiro.

Segundo o comissário europeu da Agricultura e Pescas, Franz Fischler, o convénio «continuará a beneficiar os

pescadores de ambas as partes».

A contrapartida financeira de Bruxelas às Seycheles será de 3.460 mil euros anuais (cerca de 694 mil contos), igual ao montante previsto no anterior acordo.

O número de barcos recua de 79 para 67, mas mantendo as mesmas toneladas anuais de atum (46 mil).

Fischler disse que a contribuição financeira comunitária «servirá para desenvolver o sector pesqueiro local e reforçar o exercício de uma pesca sustentada nas Seycheles».

As duas partes concordaram também com a presença de observadores a bordo dos atuneiros comunitários e um sistema de vigilância das embarcações que começará a ser analisados numa reunião prevista para Novembro.

LUXEMBURGO

Quinze adoptam

## PACOTE DE EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

A adopção definitiva do estatuto da «Sociedade Europeia» e os debates sobre o pacote de emprego e reforma dos sistemas de segurança social, foram os principais pontos da reunião do dia 8 dos ministros do Emprego e Segurança Social, no Luxemburgo.

Após 31 anos de discussão, os Quinze vão finalmente adoptar os instrumentos legislativos que permitem criar o estatuto da «Sociedade Europeia» e assim dar um salto em termos de aperfeiçoamento do mercado interno.

O novo estatuto vai permitir que as empresas europeias estabelecidas em mais de um Estado-membro passem a trabalhar com um sistema unificado de regras em todo o espaço comunitário e que os trabalhadores dessas empresas usufruam dos mesmos

direitos.

Os ministros do Emprego e Segurança Social dos Quinze debateram ainda o pacote de emprego 2000/2001 e os parâmetros a estabelecer para uma reforma da coordenação dos sistemas de segurança social.

Quanto ao primeiro ponto, foram analisadas as linhas directrizes que devem orientar a política de emprego dos vários Estados-membros e propostas algumas recomendações.

Relativamente à reforma da coordenação dos sistemas de segurança social, os Quinze pretendem modernizar e simplificar o regulamento 1408/71, que permite aos trabalhadores deslocarem-se no seio da União Europeia sem perderem as suas regalias.

## OPERAÇÃO «LIBERDADE DURADOURA» EM MARCHA

**October 7th 2001. Mais uma data a registar na história dos povos em geral e dos Estados Unidos e Afeganistão em particular. Eram 17 horas e 30 minutos de domingo, em Lisboa, quando a já esperada e temida operação «Liberdade Duradoura» começou. Desde então as bombas e os mísseis têm feito eco nos céus de pelo menos cinco províncias afegãs.**

**A**

hora de fecho do nosso jornal e após três dias de ataques dos Aliados contra o Afeganistão, em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro, continuam inconfirmáveis os reais efeitos dos bombardeamentos norte-americanos e britânicos contra alvos talibã.

Ontem, um responsável do Governo do Afeganistão informava: «Kandahar (sul), Jalalabad e Logar (Leste) e Hérat (Ocidente) e Shomali (província de Cabul) foram atingidos por mísseis e bombardeamentos aéreos. O regime talibã denunciou alegadas mortes de civis num número que ultrapassaria as sete dezenas. No sector de Shomali, a norte da capital afegã (Cabul), «zonas residenciais foram destruídas», declarou a mesma fonte.

Por seu lado, os Estados Unidos prosseguem os ataques aéreos contra o Afeganistão, garantindo ter atingido apenas alvos militares e ter já tomado o controlo dos céus deste país do Médio Oriente.

«O céu está livre, permitindo que os aviões norte-americanos voem sem embaraços, e as suas missões têm sido um êxito», disse, ontem, o Presidente dos EUA, George W. Bush.

Antes, o chefe de Estado-Maior, Richard Meyer,



dissera que os americanos tinham alcançado a «supremacia aérea» sobre o Afeganistão. Entretanto, terça-feira, os chefes da diplomacia dos 22 países membros da Liga Árabe, reunidos em Doha, declararam-se «contra o terrorismo internacional», conforme anunciou à Imprensa o secretário-geral da organização, Amr Mussa.

«E não toleraremos que este fenómeno seja atribuído ao Islão», acrescentou.

A Liga Árabe exigiu que a luta contra o terrorismo se inscreva no quadro da ONU, não se tendo todavia pronunciado quanto aos ataques norte-americanos ao Afeganistão.

Ainda terça-feira, a Al-Qaida – organização de Usama bin Laden –, apelou a «todos os muçulmanos» para a *jihad* (guerra santa) contra os Estados Unidos e para atacarem os «seus interesses onde em todo o mundo».

A primeira etapa da Operação «Liberdade Duradoura» provocou igualmente movimentações internas no Afeganistão, com a oposição aos talibã a lançar uma ofensiva a norte de Cabul.

A oposição anti-talibã prevê que a queda da

capital afegã poderá ser uma questão de dias. Um porta-voz da oposição armada, Mohammad Ashraf Nadeem, disse que o comandante da Aliança do Norte, general Abdul Qassim Fahim, ordenou às suas tropas para se prepararem para um assalto às cidades ainda em poder dos talibã.

### Portugal com segurança reforçada

Por cá, desde domingo que o Executivo reforçou as medidas de segurança nos aeroportos portugueses e nas embaixadas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Israel e Autoridade Palestiniana em Lisboa, perante um cenário bélico imprevisível.

Além do reforço das medidas de segurança, sobretudo naqueles locais, as autoridades portuguesas estão também a exercer vigilância junto de instalações militares da NATO e de interesses norte-americanos no País.

Mantém-se ainda em vigor as acções de vigilância decretadas depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington junto dos sistemas de telecomunicações, transportes e abastecimento de energia, assim como medidas de segurança alimentar.

Na sequência dos bombardeamentos aliados às províncias afegãs, Portugal decidiu conceder uma ajuda humanitária de um milhão de euros (200 mil contos) ao Afeganistão e países limítrofes.

A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, que se realizou, ontem, no Luxemburgo, foi dominada pela análise da situação no Afeganistão, na sequência dos ataques de domingo pelos Estados Unidos e Reino Unido contra alvos terroristas no país.

Comissão Europeia e Estados-membros anunciaram ajudas que totalizam cerca de 317

milhões de euros (cerca de 63 milhões de contos).

Fonte diplomática revelou que a ajuda portuguesa será de um milhão de euros (200 mil contos).

### A participação portuguesa

Mas a participação portuguesa não se fica pela solidariedade humanitária. A NATO solicitou, ontem, «novos meios e novas medidas» a Portugal e aos restantes Estados-membros da União Europeia para fazer face à ameaça do terrorismo. A notícia foi avançada pelo ministro da Defesa, Rui Pena.

Para já, a disponibilização de aviões de radar «AWACS» ao serviço da NATO obrigará ao envolvimento de «entre 20 e 30» militares portugueses nas acções mais vastas em curso, sendo possível que outros venham também a ser chamados.

Entretanto, a comandante do destacamento norte-americano da Base das Lajes já confirmou que esta estrutura militar açoriana continua a garantir «apoio logístico» a aviões envolvidos na operação «Liberdade Duradoura».

Futuras acções militares contra o terrorismo poderão envolver a esquadra multinacional «Stanavoriant», cujo comando é actualmente exercido pela fragata portuguesa «Corte Real», embora seja ainda incerto o tipo de missão que lhe será confiada.

Portugal aguarda agora que lhe sejam transmitidos, directamente ou através da Aliança, apoios concretos para participar numa acção contra o terrorismo, para a qual está «totalmente disponível».

O ministro da Defesa garantiu ainda que estão a ser tomadas «todas as medidas de segurança» para prevenir eventuais atentados terroristas no nosso país. **MARY RODRIGUES**

### Crónica do primeiro dia de uma guerra anunciada

17:30 (hora de Lisboa) – Várias explosões violentas são ouvidas em Cabul. A electricidade é cortada.

17:45 – A Casa Branca anuncia uma nova fase na guerra contra o terrorismo.

18:45 – Washington lança uma advertência aos cidadãos norte-americanos para que estejam vigilantes em face de uma possível ameaça.

19:00 – Submarinos britânicos lançaram mísseis sobre o Afeganistão, anunciou o primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

19:10 – Segundo as autoridades paquistanesas, o espaço aéreo deste país foi utilizado durante as operações aéreas contra o Afeganistão.

19:30 – Usama bin Laden promete aos Estados Unidos que «nunca conhecerão a

segurança enquanto a Palestina não tiver segurança», numa mensagem pré-gravada difundida pela televisão Al-Jazira cerca de uma hora após o início dos ataques. Nela, Bin Laden regozija-se abertamente com os atentados de 11 de Setembro, afirmando que os EUA foram «atingidos no seu ponto mais vulnerável».

19:45 – O Presidente francês, Jacques Chirac, anuncia numa intervenção televisiva que as «forças» francesas «participarão» nas acções militares.

20:00 – As forças russas reforçam a vigilância na fronteira tajico-afegã.

20:10 – O secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, anuncia o início das operações de lançamento de ajuda humanitária sobre o Afeganistão.

20:20 – As forças da oposição aos talibã,

congregadas na Aliança do Norte, disparam vários *rockets* contra posições dos talibã a norte de Cabul, segundo testemunhas.

20:25 – Explosões e incêndios são vistos no aeroporto de Mazar-i-Sharif, cidade estratégica do Norte do Afeganistão controlada pelos talibã, segundo um porta-voz da oposição armada afegã. Instalações militares dos talibã junto às cidades de Jalalabad (Leste), Farah (Oeste) e Kunduz (Norte, junto à fronteira com o Tadjiquistão) foram igualmente atingidas.

20:30 – O Canadá vai colaborar com «várias unidades» na coligação militar internacional formada pelos Estados Unidos, anuncia o primeiro-ministro, Jean Chrétien.

20:40 – O Irão condena vivamente os ataques norte-americanos qualificando-os de «inaceitáveis».

21:20 – Registam-se confrontos entre

milicianos talibã e habitantes da cidade de Zaranj (sudeste do Afeganistão), junto à fronteira com o Irão, noticia a agência oficial iraniana IRNA.

22:00 – Uma segunda ofensiva atinge a capital afegã e uma explosão muito forte é ouvida depois de um avião ter sobrevoado a cidade, segundo testemunhas.

22:15 – Os palestinianos desejam alcançar uma posição comum dos países árabes e muçulmanos sobre os ataques norte-americanos no Afeganistão.

22:15 – O Presidente iraquiano, Saddam Hussein, condena os ataques contra o Afeganistão que qualifica de «agressão».

00:05 – As baterias antiaéreas afegãs voltam a abrir fogo, pela terceira vez, em Cabul.

RIO DE JANEIRO

CPLP anuncia

## ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL SERÁ PRIORIDADE

**O**s ministros do Trabalho dos sete Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais Timor-Leste (convidado), encerraram no dia 5, no Rio de Janeiro, uma reunião em que decidiram que a erradicação do trabalho infantil será a prioridade de todos.

Para executar essa decisão, foi marcada para abril de 2002, em Angola, a primeira reunião de uma comissão de técnicos da Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (Otef), criada no último dia 3, na abertura do encontro de ministros.

Essa comissão, com integrantes de todos os países, deverá iniciar ações concretas visando o combate à exploração do trabalho de crianças, que, segundo os ministros, é grave em todos os países, sobretudo naqueles em que a situação econômica é mais difícil.

Segundo a secretária-executiva da CPLP, Dulce Pereira, uma das principais ações nesse sentido será o início das atividades, em Janeiro de 2002, de um centro de capacitação profissional em Luanda, capital de Angola, voltado para o sector empresarial. Outro centro de treinamento, mais voltado para a administração pública, será instalado em Maputo, capital de Moçambique, em data ainda não definida de 2002.

Segundo Dulce, esses centros serão dirigidos por técnicos experientes de todos os países



e vão resolver um dos grandes problemas do países africanos: a formação de profissionais.

Além dessas ações, muitas outras estão previstas, como a criação de um banco de dados que serão colectados pelas comissões técnicas e postos à disposição de todos os Estados integrantes da CPLP. Os recursos financeiros, segundo Dulce

Pereira, ainda em montante não determinado, virão dos próprios países e de organismos multilaterais.

Os ministros decidiram ainda promover ações de cooperação, com intercâmbio de informações e experiências, com o objectivo de permitir o aumento da cobertura da segurança social (previdência).

Para esse fim, será criada até ao fim do ano a

Organização da Protecção Social da CPLP (Opros).

No campo da segurança e saúde dos trabalhadores, outro tema da reunião, ficou decidido que haverá também intercâmbio de técnicos para buscar soluções.

O vice-ministro de Angola, Sebastião Constantino Luquinda, lembrou que as minas terrestres, em razão da guerra civil, são responsáveis por grande parte dos acidentes em seu país.

«Por causa disso, a nossa produção agrícola tem diminuído», disse.

De acordo com as declarações finais de todos os ministros participantes, o encontro do Rio de Janeiro foi um passo decisivo para a consolidação da CPLP. Países como Moçambique, actual presidente da entidade, e Guiné-Bissau parecem ter saído do encontro mais convencidos de que a CPLP é possível e pode contribuir para o seu desenvolvimento.

«Saio desta reunião mais confiante na CPLP», confessou a representante guineense, Ana Emília de Barros, após o seu país ter sido eleito o principal alvo dos esforços de cooperação da CPLP.

A próxima reunião dos ministros do Trabalho de Brasil, Angola, Moçambique, Portugal, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde foi marcada para Setembro de 2002, em local ainda a ser definido, mas provavelmente Maputo.

WASHINGTON

G-7

## PAÍSES RICOS ADVERTEM QUE NÃO HAVERÁ REFÚGIO PARA TERRORISMO

**O**s sete países mais ricos advertiram que não haverá refúgio no mundo para o suporte financeiro dos grupos terroristas e comprometeram-se a tomar «as medidas necessárias» para estimular a economia mundial.

Os ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do Grupo dos Sete (G7) concluíram sábado, em Washington, a sua primeira reunião após os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

No fim do encontro foi distribuído um comunicado de confiança nas perspectivas para a economia global e um compromisso para se conseguirem «resultados objectivos» na luta financeira contra o terrorismo.

«Os atentados do mês passado podem atrasar a recuperação de um forte crescimento nas nossas economias, mas estamos confiantes nas perspectivas futuras», refere o documento.

As nações mais industrializadas concordaram em combater a forte desaceleração global com políticas que promovam o crescimento, ainda que diferentes, segundo os países envolvidos, e que continuarão «a cooperar de forma apropriada».

O G-7 informou que o Grupo de Trabalho de Acção Financeira, criado há quase uma década, se reunirá nos dias 29 e 30 de Outubro, em Washington, para preparar uma estratégia global que sufoque as fontes de financiamento dos grupos terroristas em todo o mundo.

«Sem reservas, decidimos perseguir o suporte financeiro e económico das organizações terroristas de uma forma nunca até hoje vista», disse o secretário norte-americano do Tesouro, Paul O'Neil. Considerou também que as iniciativas tomadas pelos Estados Unidos e G-7 «vão rapidamente revigorar a economia mundial».

Todos os ministros e presidentes de bancos exprimiram a sua solidariedade com os Estados Unidos devido aos atentados que mataram milhares de pessoas.

«O nosso grau de colaboração e de unidade é agora muito forte», disse o ministro francês da Economia e Finanças, Laurent Fabius ao considerar que «os terroristas queriam matar as nossas economias, mas elas estão a resistir e estamos confiantes».

Fabius disse também que o Banco Central Europeu (BCE) deveria agora baixar as suas taxas de juro.

«Essa decisão pertence ao BCE. Mas se o Banco Central pensar que a inflação está completamente controlada torna-se necessário uma baixa nos juros para responder à situação que se vive hoje», afirmou.

Por seu turno, o ministro britânico, Gordon Brown, advertiu que «não haverá nenhum refúgio a salvo para as finanças dos

terroristas, em qualquer lugar do mundo».

«A resposta aos atentados terroristas deve ser global», referiu.

O comunicado final do G-7 salienta que já foram tomadas «ações decisivas» para apoiar uma forte recuperação económica, apesar de admitir «a persistência de incertezas a curto prazo».

Por seu turno, o comissário dos Assuntos Económicos da União Europeia (UE), Pedro Solbes, disse que o Grupo dos Sete mostrou um alto grau de cooperação para melhorar a economia global ao deixar «margem de manobra» a cada país membro.

«As posições de cada país em política bancária e fiscal são distintas, e não se pode ir para um modelo comum», afirmou.

O presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg, afirmou após a reunião que «a inflação na zona euro deve continuar a baixar e que o crescimento económico deverá voltar antes do fim do ano».



## NOVA GESTÃO ESPACIAL DE PESSOAL MÉDICO

«O Governo não só vai expandir a formação de médicos e de enfermeiros, mas também lançar cursos para técnicos paramédicos em diversos sectores da saúde.»

Esta foi a promessa deixada, na passada segunda-feira, dia 8, em Braga, pelo primeiro-ministro, durante a sessão solene de abertura do ano lectivo da Escola de Ciências da Saúde, a unidade orgânica mais recente da Universidade do Minho, que vai facultar o novo curso de Medicina.

No acto participaram os ministros da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, respectivamente Júlio Pedrosa, Correia de Campos e Mariano Gago, o reitor, Licínio Chainho Pereira, o responsável pela escola, Sérgio Machado dos Santos, e o gestor científico do novo curso de Medicina, Pinto Machado.

Guterres frisou que «para além do problema da falta de médicos, o País enfrenta uma notória falta de enfermeiros e, também, de técnicos paramédicos, que são essenciais num sistema de saúde moderno».

Segundo o chefe do Governo, «uma resposta cabal aos problemas da saúde passa pela distribuição espacial dos médicos, pela distribuição por especialidades e pelo combate ao progressivo envelhecimento profissional que se verifica no sector».

«Cada vez há mais médicos que atingem os 50 anos e deixam de fazer urgências à noite, depois, aos 55 deixam de fazer urgências e alguns anos depois reformam-se»,



sublinhou.

O primeiro-ministro considerou exemplar, em termos nacionais e internacionais, o modelo de ensino adoptado pela Universidade do Minho que combina o ensino teórico com uma aprendizagem prática constante – salientando que «acaba com a lógica do

estudante cábula, mas inteligente, que apenas estuda uns dias antes das frequências ou dos exames».

«Vivemos, actualmente, a terceira fase da democratização do ensino superior em Portugal, a qual se caracteriza por duas vertentes: qualidade e relevância», salientou.

António Guterres disse que o Ensino Superior terá de se flexibilizar de modo a proporcionar cursos que correspondam aos interesses dos jovens e, em simultâneo, aos das exigências da economia, garantindo quer a sua realização profissional quer a pessoal.

O primeiro-ministro garantiu que o modelo de gestão do futuro Hospital – que poderá passar pela iniciativa privada – terá em conta o facto de ser um hospital escolar: «Serão acautelados todos as necessidades de articulação entre o Hospital e outros organismos locais de saúde e o curso de Medicina», afirmou.

A Escola de Ciências da Saúde foi criada para assegurar o ensino graduado, o ensino pós-graduado, a investigação e outros serviços especializados no âmbito das Ciências da Saúde.

O seu projecto central – que data de 1974 – é o curso de Licenciatura em Medicina, com seis anos lectivos, e que foi «concebido em moldes inovadores».

Este curso, que inclui todas as valências de formação dos demais cursos de Medicina existentes no País, «orienta-se pela perspectiva integrada bio-psico-social, na linha das recomendações da generalidade das comissões nacionais, europeias e internacionais que se têm debruçado sobre a educação médica».

Engloba a formação teórica e diversas modalidades de ensino prático, que passam pelo acompanhamento de doentes em centros de saúde e nos hospitais da região.

## PREOCUPAÇÃO EXAGERADA

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, considerou «exagerada» a preocupação sobre a capacidade de crescimento da economia portuguesa.

Constâncio apontou, porém, algumas deficiências e a necessidade de um pacto social para as vencer.

O governador falava, no dia 8, em Lisboa, durante a apresentação do livro «O Euro, a Globalização e as Condições do Nosso Desenvolvimento», editado pela Sedes.

Na ocasião, Vítor Constâncio defendeu que o ajustamento às novas regras exige o contributo também do «capital social».

O governador do Banco de Portugal reconheceu que há «pontos de preocupação», no défice da balança de transacções correntes, na perda de competitividade, na baixa produtividade e redução futura do peso dos fundos comunitários.

No entanto, qualificou como exagerada a preocupação sobre estas questões, demonstrando, através das estatísticas mais



recentes, que a produtividade, por exemplo, em Portugal, cresce acima da média europeia – três por cento em 1999 e 2,1 por cento em 2000, contra 1,9 por cento em

ambos os anos na média da União Europeia (UE).

O problema, segundo Constâncio, é o crescimento da remuneração média da

administração pública, que desde 1985 subiu mais de 80 por cento em Portugal, contra pouco mais de 50 por cento no geral.

Noutra área, a educação, o nosso país tem apenas 35 por cento da população entre os 20 e 29 anos com curso secundário completo, quando na média esse número sobre para 71 por cento.

Na opinião de Vítor Constâncio, a situação actual exige «mais responsabilidade individual e colectiva, mais rigor» e «menor tentação para criar modelos».

«m pacto social sobre a reforma do regime de regulação macroeconómica», que acabe com «as chantagens de grupos que têm de ser denunciados nos diversos sectores da sociedade», defendeu.

Constâncio sublinhou ainda a importância de serem criados «mecanismos de avaliação independente do desempenho dos serviços públicos, com relatórios anuais de avaliação de serviços e políticas públicas», e sugeriu que a Sedes pode encontrar na exigência destes mecanismos «uma missão».



## Abrantes

### Piscina coberta em Tramagal

O desporto é uma prioridade para o município de Abrantes, que continua apostado em garantir uma melhor cobertura de equipamentos desportivos em todo o concelho.



Assim, neste contexto, está já em processo de desenvolvimento a elaboração do projecto para instalação de uma piscina a construir na vila de Tramagal.

Trata-se de uma piscina com um tanque 16 por 10 metros, aquecida e coberta, que irá possibilitar a prática de actividades de natação e lazer.

A piscina ficará localizada entre o campo de futebol e os campos de ténis.

### Construção da escola integrada da Encosta da Barata

Já estão em curso os trabalhos de construção da nova escola integrada da Encosta da Barata.

Representando um investimento de cerca de 400 mil contos, esta nova escola irá permitir o aumento do número de salas de aula na cidade de Abrantes e uma melhoria muito grande nas condições de aprendizagem das crianças.

## Albufeira

### Câmara investe em água, ruas e habitação

A Câmara Municipal de Albufeira está a investir cerca de 45 mil contos (225 mil euros) na ampliação da rede de abastecimento de água nas zonas rurais da Charneca e Canais. Segundo anunciou a autarquia, na primeira obra vão ser gastos 20 mil contos (100 mil euros), enquanto a ampliação da rede de Canais está orçada em 24.500 contos (122.500 euros).



Ambas as empreitadas foram alvo de pequenas alterações, nomeadamente ao nível dos marcos de incêndio, que estão a ser substituídos por «bocas».

No capítulo das beneficiações de ruas, estradas e caminhos, a autarquia está a investir cinco mil contos (25 mil euros) no Sítio das Alfarrobeiras.

A Câmara Municipal de Albufeira anunciou ainda a adjudicação da quinta fase da empreitada referente às infra-estruturas de 47 fogos de habitação social na Quinta da Palmeira, um investimento autárquico que ronda 118 mil contos (590 mil euros).

## Cascais

### Nova biblioteca em S. Domingos de Rana

A Câmara Municipal de Cascais deliberou a abertura de um concurso público para a construção da biblioteca de S. Domingos de Rana, no valor de cerca de 337 mil contos. A biblioteca de S. Domingos de Rana será a segunda biblioteca da rede de leitura pública do concelho de Cascais.

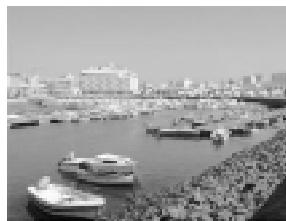


Esta biblioteca, do tipo BM2, está projectada para junto do complexo desportivo e da escola secundária de S. Domingos de Rana, criando nesta zona um pólo de cultura e lazer com equipamentos de qualidade, descentralizando para o interior do concelho de Cascais um vasto conjunto de actividades de promoção da qualidade e de valorização cultural e desportiva.

## Faro

### Semana Concelhia do Idoso

Decorreu de 23 a 30 de Setembro, a Semana Concelhia do Idoso de Faro.



Organizada pela Câmara Municipal de Faro e pela Casa do Idoso do Meio Rural de Faro (CIMFARO), esta iniciativa contou com a

participação de diversas instituições de protecção e apoio à população idosa do concelho.

O ponto alto da Semana Concelhia do Idoso de Faro aconteceu no dia 30 de Setembro, domingo, Dia Internacional do Idoso. Nesse dia realizaram-se diversas iniciativas, tais como um passeio cultural, um desfile de trajes típicos, seguido de um almoço-convívio que contou com a presença de 900 participantes.

## Loulé

### Câmara assinala Dia Nacional da Água

Para assinalar o Dia Nacional da Água, que se comemorou no passado dia 1 de Outubro, o município de Loulé levou a efeito uma acção de divulgação que teve por objectivo sensibilizar os munícipes para a redução do consumo de água, um bem escasso e precioso que não deve ser desperdiçado.

A acção consistiu na divulgação de um autocolante pelas escolas e outros estabelecimentos de ensino, assim como o envio de um exemplar a cada consumidor de água, juntamente com a factura da água.

## Montijo

### «Abraço Global» no Dia Internacional das Pessoas Idosas

No dia 1 de Outubro, a Câmara Municipal do Montijo e o Centro de Saúde, com o apoio de estudantes da Escola Profissional do Montijo, levaram a efeito uma iniciativa intitulada «Abraço Global», no âmbito das comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas.

Esta acção teve como objectivo promover a saúde física e mental, pressupostos incondicionais para a integração plena dos mais velhos na comunidade.

## Santo Tirso

### Autarquia leva 5000 idosos a Fátima

A Câmara Municipal de Santo Tirso levou, no dia 29 de Setembro, cinco mil idosos do concelho a Fátima, no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Idoso.



O passeio, para o qual a edilidade fretou 100 autocarros, destinou-se a todos os munícipes com idade superior a 60 anos e a todos os reformados, independentemente da idade, residentes no concelho de Santo Tirso.

### Câmara atribui prémios de mérito escolar

Em cerimónia realizada no dia 27 de Setembro, nos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Santo Tirso procedeu à entrega dos prémios de mérito escolar referentes ao ano lectivo 2000/2001, a 26 alunos do concelho.

Os prémios, no valor total de 1400 contos, são atribuídos anualmente aos melhores alunos do 6.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos de cada estabelecimento de ensino do concelho, quer seja público, privado ou cooperativo e os candidatos têm que ser residentes no concelho.

## Sintra

### Idosos com nova estrutura de apoio

No passado dia 5, a presidente da Câmara de Sintra, camarada Edite Estrela, lançou a primeira pedra para a construção da nova sede da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Aqualva-Cacém.

A nova sede, cujo investimento ronda o meio milhão de contos, terá as valências de lar (60 camas), de apoio domiciliário, de centro de dia e de centro de convívio e a sua construção resulta de um contrato-programa, recentemente celebrado entre a autarquia de Sintra, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social e a ARPIAC.

## Vila Real de S. António

### Novo mercado municipal cria nova área de lazer

A autarquia de Vila Real de S. António está a planificar a construção de um novo mercado municipal em Vila Nova de Cacela.



Este novo equipamento permitirá a criação de um novo espaço público, com uma praça central, onde funcionará uma nova área de lazer e convívio para a população local.

A nova estrutura irá custar cerca de 120 mil contos, terá 11 estabelecimentos fixos, acrescidos de uma área onde funcionará o chamado mercado de levante com vendedores eventuais e comerciantes agrícolas.

## PS EM MOVIMENTO

### BEJA

### Coelho confiante numa vitória

O coordenador da Comissão Permanente do PS, camarada Jorge Coelho, mostrou-se confiante na vitória eleitoral socialista no concelho de Beja nas autárquicas de Dezembro, pois «o tempo do projecto do PCP já lá vai».

O camarada Jorge Coelho falava no dia 29 de Setembro durante o almoço de apresentação das listas do PS aos órgãos autárquicos de Beja nas eleições de 16 de Dezembro, as quais são encabeçadas por Agostinho Moleiro, ex-governador Civil do distrito e candidato rosa também em 1997 (na altura como independente).

O almoço mobilizou perto de oito centenas de pessoas mas também muitos dirigentes regionais e nacionais do PS, como os autarcas socialistas do distrito, a presidente da Juventude Socialista, Jâmlia Madeira, Carlos Zorrinho e Rui Cunha, secretários de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna e dos Transportes, respectivamente.

Com um discurso claramente optimista, reforçado pela adesão dos simpatizantes socialistas à cerimónia, Jorge Coelho garantiu que o PS «está convencido de que vai ganhar as próximas eleições autárquicas em Beja» e que o PCP já teve tempo para concretizar o seu projecto.

«Há 27 anos consecutivos que o PCP é responsável pela gestão autárquica do concelho. Quem, em 27 anos não fez o que tinha para fazer, não é nos próximos quatro que vai fazer mais», disse. Recordando que, em termos de eleições legislativas, o povo do Alentejo e do distrito de Beja «já se libertou por completo do mito do Alentejo comunista» e deu a vitória do PS, o mesmo dirigente assegurou que é o momento dessa mudança verificar-se também nas autarquias.

«Não tenhamos ilusões, o tempo do projecto do PCP já lá vai.

Estamos no futuro do progresso, da modernidade, de um País novo ligado a uma Europa nova em construção. Em nenhum país do mundo se vê a construção desse novo tempo com os comunistas», insistiu Jorge Coelho.

O aproveitamento civil da Base Aérea de Beja e o Alqueva foram dois exemplos citados pelo socialista como tendo a marca da aposta do PS na região, já que «as palavras leva-as o vento e as obras ficam para quem as faz».

Por seu turno, o candidato do PS à Câmara Municipal, cujo lema de campanha refere que «É Preciso Acreditar», criticou as obras realizadas no último mandato pelo executivo camarário liderado por Carreira Marques (CDU).

«As divulgadas "soluções de qualidade" da mutante genética do PCP (CDU) têm exemplos caricatos em Beja: uma piscina coberta a perder água nos primeiros banhos e fechada há quase um ano, um parque de estacionamento subterrâneo a meter água nas primeiras chuvas», afirmou Agostinho Moleiro.

### Especação imobiliária

O cabeça-de-lista socialista, médico de profissão, acusou ainda a autarquia da CDU de ser a «maior especuladora de terreno para habitação» na cidade e ironizou: «Se Lenine voltasse à terra teria certamente um ataque convulsivo.»

Garantindo que uma das suas prioridades, caso venha a ser eleito, vai passar pela revitalização do centro histórico da cidade, Agostinho Moleiro desafiou ainda as outras candidaturas (CDU, PSD, CDS-PP e BE) a seguirem o exemplo do PS e a não colocarem qualquer propaganda política ou eleitoral naquela zona nobre da cidade.

Agostinho Moleiro, de 55 anos, é militante do PS desde 1998 e presidente da Comissão Política Concelhia de Beja do partido desde 2000, tendo já sido deputado à Assembleia da República (entre 1995 e 1998).

O cabeça-de-lista do PS vai disputar a corrida eleitoral à Câmara Municipal de Beja com o actual edil, Carreira Marques (CDU), João Paulo Ramôa (PSD), Luís D'Argent (CDS-PP) e Abel Ribeiro (BE).

Nas eleições de 1997, no concelho de Beja, a CDU obteve quatro mandatos (com 43,2 por cento dos votos expressos) e o PS obteve três (com 37,7 por cento dos sufrágios).

O PSD perdeu o lugar de vereador que detinha naquela autarquia, ao obter apenas 10,1 por cento dos votos.



### FAMALICÃO

### Independentes apoiam Moniz

O candidato socialista à Câmara de Famalicão, Fernando Moniz, anunciou no dia 2 o regresso às fileiras do PS de vários autarcas, alguns dos quais anunciados como apoiantes do actual presidente do município, Agostinho Fernandes, que concorre como independente.

Moniz adiantou, em conferência de Imprensa, que o PS vai concorrer em todas as assembleias de freguesia do concelho, embora em duas delas o faça através do apoio a listas independentes.

A reunião com os jornalistas realizada na sede local do PS serviu também para anunciar o apoio de um grupo de «independentes de esquerda» à lista socialista, o qual é liderado pelo advogado e dirigente regional da Quercus, Joaquim Loureiro.

O advogado, presente no acto, divulgou um manifesto de apoio ao PS e adiantou que foram já recolhidas 40 assinaturas de cidadãos sem filiação partidária.

Para Fernando Moniz, «os apoios manifestados pelo Movimento de Independentes e por várias personalidades da vida local são a garantia de que a pré-campanha socialista tem conseguido tocar o coração dos famalicenses».

O candidato defendeu que o primeiro debate entre os cinco candidatos à presidência da Câmara «deixou claro que o que está em causa nestas eleições autárquicas é a afirmação de Vila Nova de Famalicão como cidade média europeia».

«Ficou claro quem ambiciona um concelho harmoniosamente desenvolvido, sem diferenças entre as freguesias e a cidade, que garanta aos jovens uma terra de futuro, próspera e moderna», afirmou, garantindo que Famalicão nunca será uma cidade-dormitório na periferia de qualquer um dos grandes centros urbanos.

Fernando Moniz considerou que as duas semanas que leva de pré-campanha eleitoral já permitiram enraizar um cenário de bipolarização entre o PS e a coligação PSD/PP liderada pelo arquitecto Armando Costa, a quem acusa de não ter «rasgo nem dimensão política e secar pelo dinheiro tudo o que o rodeia».

Além do PS e da coligação PSD/PP os eleitores famalicenses podem ainda optar pela candidatura independente do presidente da Câmara, o socialista Agostinho Fernandes, da CDU, liderada por Carla Barbosa, e do Bloco de Esquerda, encabeçada por Luís Serguilha.

### FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

### Candidatura de Feliciano Martins

O coordenador da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Vale do Côa, Feliciano Martins, vai ser o candidato do PS à presidência da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo.

No âmbito da sua candidatura, Feliciano Martins assinou já com o candidato do PS à Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, um pré-acordo de colaboração, designado por «Litoral/Interior», para desenvolver caso sejam ambos eleitos.

Segundo o documento, os signatários comprometem-se a desenvolver «políticas culturais, sociais e executivas», designadamente a realização de campos de férias para jovens e turismo sénior e a disponibilização de equipamentos colectivos para a concretização destes objectivos.

A autarquia do Porto disponibilizará, por seu turno, equipamentos e espaços públicos para eventos económicos que, caso o PS vença em Figueira de Castelo Rodrigo, o presidente desta autarquia queira realizar na «capital do Norte».

O «pré-acordo» prevê ainda a realização de encontros periódicos entre os subscritores, caso ambos sejam eleitos, para «discussão dos problemas e lançamento de iniciativas políticas que dêem dimensão» ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Feliciano Martins considerou que, caso vença as eleições, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo «ficará mais próximo do litoral» com base no documento assinado com Fernando Gomes.

O coordenador do Centro de Área Educativa da Guarda (CAE) e vereador na Câmara Municipal, Joaquim Rodrigues, encabeça a lista do PS candidata à Assembleia Municipal.

Nas eleições autárquicas de 1997, o PSD venceu com 2798 votos (53,1 por cento) elegendo três elementos, o PS teve 2220 votos (42,13 por cento) e dois vereadores e a CDU 49 votos (0,93 por cento) e nenhum eleito.

# O PS CONTA CONSIGO

## Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



## PS EM MOVIMENTO

### GOUVEIA

#### Seguro candidato

O ministro-adjunto do primeiro-ministro e director do «Acção Socialista», camarada António José Seguro, é o cabeça-de-lista do PS à Assembleia Municipal de Gouveia nas eleições autárquicas de Dezembro.

Seguro desempenhou já funções de presidente da Federação Distrital do PS da Guarda e de deputado na Assembleia da República eleito por este círculo eleitoral.

O actual presidente da Câmara de Gouveia, Santinho Pacheco, vai recandidatar-se ao cargo, uma decisão tomada na sequência de um jantar de apoio.

O mandatário da candidatura socialista a Gouveia é Alípio de Melo, antigo presidente da Câmara local, eleito pelo PS.

Nas eleições autárquicas de 1997, o PS obteve a vitória para a Câmara Municipal com 5246 votos (49,02 por cento) e três eleitos, o PSD teve 4321 votos (40,38 por cento) e dois eleitos e a CDU obteve 629 votos (9,87 por cento) e nenhum eleito para o Executivo.

Desde as primeiras eleições autárquicas democráticas que o Município de Gouveia é presidido pelo PS, tendo conhecido apenas dois presidentes de Câmara eleitos: Alípio de Melo e Santinho Pacheco.

### MONCHIQUE

#### Comissão Política escolhe Tuta

A Comissão Política do PS de Monchique decidiu por unanimidade reconduzir o camarada Carlos Tuta, como candidato do PS a presidente da Câmara Municipal de Monchique nas autárquicas de 2001, que se realizam no próximo dia 16 de Dezembro.

Ciente que interpreta o desejo da maioria dos munícipes para a continuidade de Carlos Tuta como presidente da Câmara Municipal de Monchique e que os eleitores manifestarão a sua gratidão pela obra feita e a confiança na qualidade do trabalho a desenvolver no próximo mandato, a Comissão Política, num comunicado, «manifesta publicamente o seu empenho na sua reeleição e entende que para bem de Monchique a população deverá manifestar o seu reconhecimento ocorrendo massivamente ao acto eleitoral».

## Convenção Nacional Autárquica da JS

O Secretariado Nacional da Juventude Socialista realiza no próximo dia 20 de Outubro, em Coimbra – Auditório da Reitoria, a sua Convenção Nacional Autárquica.

Militantes e candidatos da Juventude Socialista estarão reunidos com o objectivo único de apresentar o Manifesto Autárquico da JS, apresentação de candidatos jovens, entrega de diplomas para aqueles que participaram na Formação Autárquica levada a cabo pela Juventude Socialista.

Os trabalhos decorrerão durante o dia, começando pelas 9.30 horas, estando a sessão de encerramento marcada para as 18.30 horas.

## PORTUGAL SOCIALISTA



### TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

Com entrevista a  
Augusto Santos Silva

JÁ À  
VENDA

### ODIVELAS

#### Apresentação do candidato PS

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, mostrou-se no dia 6 convicto quanto a uma «grande e esmagadora vitória» do Partido Socialista em Odivelas, nas primeiras eleições autárquicas que se vão disputar naquele concelho.

«O PS vai ter aqui um resultado», sublinhou Jorge Coelho durante a apresentação do candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Odivelas, Manuel Vargues. Para o responsável do PS, Manuel Vargues é o exemplo do que devem ser os objectivos centrais de um autarca, além de ter sido ele o responsável por Odivelas estar agora «no mapa».

«Com Manuel Vargues os próximos quatro anos vão ser de transformação total em Odivelas», acrescentou Jorge Coelho.

Uma transformação que, segundo o candidato socialista à Câmara de Odivelas, deverá passar por quatro áreas fundamentais: criação de emprego dentro do concelho, apoio ao associativismo, melhoria na segurança e criação de mais estacionamento.

«É preciso fixar as pessoas no concelho, criando emprego e zonas de lazer», referiu o candidato socialista.

A criação da polícia municipal e de quatro mil novos lugares de estacionamento foram outras das promessas feitas por Manuel Vargues para os próximos quatro anos.

«Temos capacidade e vontade para fazer obras», disse o candidato socialista, acrescentando que está «na política por valores e porque tem um projecto para Odivelas». O município de Odivelas foi criado em Novembro de 1998, sendo, por isso, esta a primeira vez que aí se vão disputar eleições autárquicas.

Manuel Vargues irá disputar a presidência da primeira Câmara Municipal de Odivelas com a comunista Natália Santos, o candidato do PSD Fernando Ferreira, e com Telmo Correia, a concorrer pelas listas do CDS/PP.

### S. BRÁS DOS MATOS

#### Santana é candidato do PS

Chama-se António Santana, tem 45 anos, é técnico de informática, e é o candidato do PS à Junta de Freguesia de S. Brás dos Matos (Mina do Bugalho).

Coordenador técnico da área de informática na Sub-Região de Saúde de Évora, responsável distrital pelo Cartão do Utente do SNS, António Santana é membro do Conselho Económico da Paróquia de S. Brás dos Matos.

António Santana foi membro da Assembleia de Freguesia de S. Brás dos Matos, de 1985 a 1989, e deputado municipal de Alandroal, no mandato de 1989 a 1993.

### SEIXAL

#### Almoço-volante

A Comissão Política Concelhia do Seixal organiza no próximo dia 14, domingo, pelas 13 horas, no Parque Urbano das Paivas, um almoço-volante de apresentação dos candidatos socialistas à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia do concelho.

Entretanto, o camarada Ricardo Ribeiro, candidato do PS à presidência da Câmara Municipal do Seixal, já está no terreno, com uma pré-campanha na qual denuncia a estagnação em que se encontra o Seixal, fruto de uma gestão imobiliária e cinzenta da CDU, ao mesmo tempo que apresenta propostas sustentadas para o desenvolvimento harmonioso do concelho.



### VILA FRANCA DE XIRA

#### Rosinha lança info-mail

A camarada Maria da Luz Rosinha, recandidata pelo PS à presidência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, lançou um info-mail dirigido à população do concelho.

No info-mail, que já está a ser distribuído por todo o concelho, Maria da Luz Rosinha refere a sua vontade de dar «continuidade ao projecto iniciado há quatro anos», e dar «à nossa terra a importância que ela tem e merece, promovendo nesta nova etapa uma qualidade de vida que coloque o nosso concelho entre os primeiros de Portugal».





PERSPECTIVA

Jorge Coelho

## COMPETITIVIDADE E DESEMPREGO



**T**anto quanto foi noticiado, um documento da AEP, que visa lançar as grandes bases de transformação de Portugal para o século XXI, propõe, entre outras medidas, o despedimento de 150 mil funcionários públicos.

Não conheço o documento em pormenor e, por isso, não tenho condições de emitir uma opinião global sobre a orientação que o caracteriza.

No entanto, no que se refere ao despedimento dos 150 mil funcionários públicos, que já foi confirmado pelo senhor presidente da AEP, tenho uma opinião definitiva.

Antes de mais, reconheço que a Administração Pública carece de uma grande reforma. Uma reforma que a modernize elimine a burocracia e racionalize todo o seu funcionamento. Uma reforma que passa também por maior e melhor formação dos vários agentes da Administração Pública.

Modernizar, combater a burocracia e racionalizar o funcionamento da Administração Pública são objectivos que merecem um largo consenso, talvez, até, unanimidade.

A partir daqui é que começam as grandes diferenças.

Para alguns, esses objectivos podem ser conseguidos através de um despedimento significativo de pessoas. Com medidas tão drásticas e perante uma Administração pesada, centralizada e prestadora de serviços essenciais como a saúde, a educação e a segurança, essas propostas só vão agudizar os problemas.

No meu entender, as transformações resultantes dos actos de modernização que as sociedades exigem, devem ser feitas com coragem, mas com gradualismo, evitando rupturas sociais e previgilando, sempre, a



coesão social e a solidariedade que deve existir nas sociedades modernas.

Quem defende a via do desemprego massivo tem uma visão da sociedade e do mundo que se rege por valores economicistas e esquece o essencial de qualquer organização social: em primeiro lugar estão as pessoas. O Partido Socialista, com os seus valores e os seus princípios, nunca colocará em causa o trabalho de milhares de pessoas, provocando pobreza, marginalização e exclusão social.

Eu prefiro uma sociedade e um País que, apesar de alguns erros cometidos, criou setecentos mil postos de trabalho e diminuiu brutalmente os índices de desemprego. Ainda esta terça-feira o Eurostat divulgou que a taxa de desemprego de Agosto em Portugal foi de 4,4 por cento, enquanto a média da União

Europeia foi de 8,3 por cento (quase o dobro!).

Maior prudência seria ainda exigida com a actual situação internacional e com as principais potenciais económicas a apresentarem indicadores que indiciam que estão à beira da recessão.

Os governantes têm de fazer opções. O Governo do PS nunca escolherá o despedimento massivo.

Outros políticos (e alguns que o aspiram a ser) já deram mostras que preferem outra via.

Em 1994, com o PSD no Governo e com uma crise que não atingia as proporções da actual situação internacional, o desemprego era quase o dobro do que é registado hoje. Era o neoliberalismo no poder.

Hoje, em 2001, com António Guterres e o PS

no poder, os portugueses podem estar confiantes que nunca serão abandonados os princípios da solidariedade e que nunca se optará por políticas radicais que colocam em causa os direitos daqueles que são a base central do seu projecto – os trabalhadores por conta de outrem.

Para quem considera que não há grandes distinções entre o PSD e o PS, tem aqui um exemplo que clarifica quem tem uma preocupação social determinante e quem se rege por valores neoliberais.

Estou, aliás, curioso por saber o que pensa o líder do PSD sobre este tema. O seu portavoz para a economia já defendeu propostas que seguem neste sentido. Agora, pelo que se diz, terá sido o professor António Borges (para uns, futuro ministro das Finanças de um eventual Governo do PSD, para outros, futuro líder do PSD) que esteve na base deste documento.

O PSD e o seu líder devem ter opinião sobre o seu conteúdo. São contra ou a favor do despedimento de 150 mil funcionários públicos? Os problemas da competitividade e da modernização da Sociedade Portuguesa resolvem-se com despedimentos massivos? Cortam aonde? – em hospitais, centros de saúde, escolas, polícias...?

Por último, apesar destas divergências, uma nota de saudação à A.E.P. pela promoção desta discussão e pela elaboração deste documento. Entre outras virtudes, o debate provocado já evidenciou que há diferenças assinaláveis sobre as opções que se devem tomar para melhorar o futuro dos portugueses.

Parabéns eng.º Ludgero Marques por ter contribuído, com esta iniciativa, para acabar com uma doença que tantas vezes corrói a nossa sociedade – o falso unanimismo.

SOLIDARIEDADE

Luísa Lopes

## EDUCAÇÃO PARA O VOLUNTARIADO

**A** valorização da solidariedade constitui um sinal dos tempos não apenas pelos recentes acontecimentos mundiais que valorizam e dignificam esses valores e nos dão a imagem de imprescindibilidade do trabalho voluntário, mas porque a consciência da cidadania aumenta com a interiorização da ideia de que todos somos úteis, todos desempenhamos um papel na sociedade moderna. O respeito pela pessoa humana, o viver numa sociedade justa é fruto de uma luta que para além de ser individual deve ter um espírito colectivo e de responsabilização do próprio estado pois como se sabe o voluntariado é um dos caminhos para a equidade social. O individualismo e o consumismo não levam a lado nenhum, por isso urge que sejamos sujeitos de cidadania e não objectos de consumo.

A escola e a família são dois dos núcleos fundamentais para a promoção do voluntariado e a criação de responsabilização de espírito de cidadania. A falência de modelos familiares tem levado ao paradoxo do aumento consumista. É muitas vezes a família que educa para o individualismo, que o promove e lidera. Se o núcleo familiar sofreu alterações pelo próprio desenvolvimento social, a sua importância como modelo, qualquer que seja a sua constituição, não se anulou. Viver em família é também viver em cidadania.

O mesmo acontece com a escola. Sendo um lugar de aprendizagens formais, não pode ser um espaço de exclusão social nem de aprendizagem de espírito de competitividade. Portugal deveria ter, à imagem de outros países (Canadá, por exemplo), planos de estudos formais na

área da cidadania e valores sociais desde as classes pré-primárias. Nos livros escolares deveriam ser incluídos textos que reflectissem as boas práticas sociais. O Ministério da Educação deveria incluir num programa obrigatório, a nível do ensino secundário, uma disciplina de educação para a cidadania em que se estudasse a história e conceitos de voluntariado, em que os jovens conhecessem um pouco das organizações que promovem o voluntariado nas diferentes áreas. Embora o voluntariado seja uma área de aprendizagem não formal, a nível das aprendizagens formais podem lançar-se as bases para o desenvolvimento de outras competências que se relacionam com a responsabilização de cada pessoa como ser eminentemente social. Todos temos responsabilidades na criação deste novo modelo social: pais, educadores,

políticos, empresários, comunicação social. Preparar a sociedade do futuro é quebrar a actual tendência hedonista do prazer imediato e lutar por uma sociedade com bases, com futuro, em que se sacrifique o presente para ganhar o futuro, que é a tendência oposta à da sociedade actual. Conseguir a equidade social é a tarefa de responsabilidade prioritária. Sendo o voluntariado uma das bases dessa equidade, urge dignificar e valorizar o trabalho desenvolvido por todos os que, por altruísmo, generosidade, impulso religioso, preocupação com os outros, ou consciente motivação cívica, estão dispostos a dar num momento em que todos desejam consumir. É preciso fomentar o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na área do voluntariado e criar, na realidade, uma verdadeira rede social.

## O REGRESSO DAS CARPIDEIRAS AGOIRENTAS

**T**odos sabemos a importância, absolutamente decisiva, nos dias de hoje, que a Comunicação Social exerce na formulação da opinião pública e da influência psicológica nas expectativas sobre a economia e as sociedades em geral.

Convencionou-se mesmo, durante muito tempo, a ideia de que a Comunicação Social seria uma espécie de quarto poder, logo a seguir aos poderes tradicionais, legislativo, judicial e executivo.

A realidade, porém, é que ela já não é o quarto, mas sim o primeiro Poder. Por sinal, muito mais eficaz e demolidor do que qualquer outro, devido, sobretudo, às manchetes sensacionalistas, capazes de fazer de uma mera banalidade um feito prodigioso, ou de um cidadão honesto um suspeito criminoso, e vice-versa, como, de resto, não raras vezes se tem visto.

Infelizmente, na maior parte dos casos pouco interessa se a informação é ou não correcta e fidedigna, se corresponde ou não à veracidade dos factos. O que conta são os objectivos a atingir, ditados por interesses obscuros – os fins justificam os meios – geralmente através de notícias capciosas, ou de meias verdades, que na prática acabam por ter um efeito tão, ou mais, perverso do que a própria mentira.



E digo meias verdades, quando não mesmo a deturpação total das coisas.

A talho de foice, cito o insuspeito Dr. João César das Neves (para quem não o conhece, professor universitário e no tempo dos governos do Dr. Cavaco Silva seu assessor económico) que ainda na semana

passada escreveu: «A opinião pública é influenciada pela imprensa, mas esta não tem uma visão neutra das expectativas. O sucesso e a prosperidade não são notícia, enquanto um desastre enche as primeiras páginas. Isso significa que, objectivamente, os jornais trabalham sem descanso para promover ambientes negativos, como se tem visto.»

Passada a acalmia do Verão, até porque este ano o decréscimo dos fogos florestais não permitiu a exploração política do tema, bem como, o efeito anestésico das terríveis imagens de Manhattan, eis de volta as habituais, e infatigáveis, carpideiras agoirentas de todas as desgraças do País. O Dr. Cavaco, após avisar que os trágicos acontecimentos dos EUA vão criar uma forte perturbação na economia mundial e o abrandamento do crescimento económico na Europa, com consequências imprevisíveis, logo atestou, porém, que em Portugal a culpa é do Governo que não soube providenciar a tempo.

O Dr. Durão, que passa a vida a pregar desgraças e a induzir o desânimo nos portugueses, apareceu também com as lamúrias do costume, como se os problemas se resolvessem com as suas lágrimas de crocodilo, clamando que «o grande e principal problema do País, hoje, é

a falta de confiança».

O País, comovido, agradece-lhes o esforço. Por seu lado, o presidente da Associação Empresarial, Ludgero Marques presenteou-nos com um estudo designado «Uma nova ambição para Portugal», que, entre outras evidências de monsieur de La Palisse, tais como a prioridade no combate à fraude e evasão fiscais, a qualificação dos recursos humanos, o aumento da produtividade, a contenção da despesa pública etc., propõe o imediato despedimento de 150 mil trabalhadores. Que rica ambição para Portugal!...

De todo incrível é a manipulação da sondagem da Marktest, publicada no «Diário de Notícias», na semana passada. Segundo o resultado real do inquérito, o PS obteve a preferência (real) de 28,9 por cento dos portugueses, contra 22,1 por cento para o PSD. Estranhamente o dito matutino, baseado numa extrapolação fictícia do número de indecisos, opta por colocar, em manchete, uma preferência (virtual) de 37 por cento para o PSD, contra apenas 32 por cento para o PS.

Sem comentários!...

Apenas um pergunta: Qual o papel da Alta Autoridade para a Comunicação Social? Assistir impávida e continuar a fingir que não vê? E que, já não é a primeira vez.

## A AMÉRICA, A GUERRA E NÓS



**D**epois da perplexidade e da revolta perante a barbaridade de 11 de Setembro, a expectativa de uma acção militar iminente contra o regime talibã do Afeganistão mantém-nos de coração apertado. Pasmos com a facilidade com que tantos analistas traçam cenários e decretam sentenças. O mundo em que vivemos mudou. Um novo tipo de guerra já começou. A única certeza que podemos ter é a de que a incerteza que podemos ter é a de que a incerteza veio para ficar.

A defesa dos nossos valores não nos deve levar a perder a lucidez. Penso que devemos estar atentos àquilo a que poderei chamar efeitos paradoxais do 11 de Setembro. Alguns deles têm vindo já a evidenciar-se, outros podem surgir num horizonte próximo. E quais são eles? Em primeiro lugar, a absoluta necessidade, sentida pela Administração americana, de sair do seu isolacionismo e procurar uma vasta coligação mundial contra o terrorismo. Seria bom alargá-la. Na luta contra o fundamentalismo islâmico deve procurar-se a aliança com as suas primeiras e anónimas

vítimas, as mulheres sem direitos. Em segundo lugar, a consciência de que o combate antiterrorista passa pela regulação financeira internacional, em particular pelo controlo dos paraísos fiscais usados pelos capitais provenientes de todos os tráficos ilícitos. Em terceiro lugar, a valorização do papel da ONU, com os próprios Estados Unidos a pagarem a sua dívida à organização e a apelarem a uma maior concertação da comunidade internacional. Finalmente, a pressão para reforçar a autoridade dos poderes públicos, a nível municipal e nacional, a fim de garantir a segurança das comunidades. O presidente da Câmara de Nova Iorque esteve à altura do que deve ser um poder local em tempo de poder global.

Se olharmos bem para todos estes movimentos, constatamos que há uma espécie de reequilíbrio que parece desenharse. Todas as críticas que ao longo dos últimos anos surgiram contra a hegemonia neoliberal, o chamado «pensamento único», encontram agora aliados imprevisíveis. Pois não foi o próprio Presidente norte-americano o primeiro a quebrar o sacrossanto sigilo

bancário? E não é a Administração Bush, até aqui defensora do «Estado mínimo», quem está a propor fortes incentivos financeiros para a retoma da confiança económica, numa linha mais propriamente keynesiana? É por isso que não consigo compreender a posição de uma certa esquerda, mais preocupada com o purismo da sua tradição anti-americana do que com a fria análise dos factos e dos actos dos representantes dos EUA, em que até agora tem prevalecido o peso do «general prudência», Colin Powell.

É evidente que há riscos, incluindo o de uma escalada do próprio terrorismo. É por isso que o combate tem de ser global e em várias frentes. O terrorismo devia ser definido como crime contra a Humanidade. É tempo de acelerar a constituição do Tribunal Penal Internacional, que os EUA vinham rejeitando. A intensificação da cooperação internacional a nível dos serviços de informação e de polícia deve fazer-se sem prejuízo dos direitos e liberdade fundamentais inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. E as acções militares, legitimadas pela ONU, devem ser proporcionais e

adequadas, visando o desmantelamento das redes terroristas e não qualquer vingança contra povos, regiões ou religiões, como sublinhou Sampaio.

Há também derivas e tentações a evitar. Desde logo a deriva securitária e xenófoba, de que foi exemplo Paulo Portas, apressando-se a pedir menos tolerância para com os estrangeiros. Mas também a «tentação pacifista» de que falou Fernando Gil, desmontando e criticando a postura daqueles que, em nome de uma cultura de paz, diabolizam as vítimas e pretendem inibir a necessidade de enfrentar, também pelas armas, este novo «mal absoluto».

Miguel Sousa Tavares escreveu que «nada é simples». É verdade. Mais uma razão para não fazermos leituras precipitadas ou nos agarrarmos a óculos velhos para ler realidades novas. Mas a ponderação não deve implicar menos firmeza e vigilância na luta pelos nossos valores. Como disse Manuel Alegre, no dia em que a democracia, para se defender, tivesse de pôr em causa os valores em que se baseia estaria a dar ao terrorismo a vitória que ele nunca teve.

In «Visão», 04-10-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Bandas em Albufeira**

O Estúdio Alfa exhibe, entre os dias 12 e 17, o filme de Ted Demme, «Profissão de Risco», com Johnny Depp, Penélope Cruz e Franka Poente nos papéis principais. Este sábado, dia 13, prossegue o V Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira». Desta feita poderá assistir à quarta eliminatória, a partir das 21 e 30, no Futebol Clube de Ferreiras. O VI Festival de Bandas Cívicas acontece no dia 14, pelas 11 horas, na Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne. Ainda no domingo haverá futebol no Estádio Municipal, às 16 horas. Trata-se do jogo que colocará frente a frente o Imortal e o Paderne, da II B – Zona Sul.

**Cinema em Coimbra**

A Festa do Cinema Francês começa este sábado, prolongando-se até ao dia 20, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV). A mostra fotográfica «...Instintos do... Olhar», de José Manuel Ferreira Coutinho, encontra-se aberta ao público, até domingo, dia 14, no Bar S. José. O TAGV será palco, no dia 17, às 21 e 45, de um recital a cargo do Frank Amsallem Trio, um agrupamento musical composto por Frank Amsallem, Clovis Nicolas e Marc Miralta.

**Poesia em Fafe**

A «Máscara» continua a agitar culturalmente a cidade. Hoje, o Teatro Zéfiro traz «Robin dos Bosques» para o primeiro ciclo do ensino básico, que no dia 15 tem também a oportunidade de ver a Companhia de Teatro Camarim, com «O Espantalho Encantado». Finalmente, no dia 16, dedicada aos alunos dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico, a mesma companhia teatral representa «A Máquina do Tempo». Voltando às acções para o público em geral, o destaque vai para um recital de poesia, no dia 15, a cargo do actor Camacho Costa, com acompanhamento musical da pianista Madalena Ruas. De realçar ainda um espectáculo de teatro de revista, na noite de sábado, dia 13, com a presença dos conhecidos Maria João Abreu e José Raposo, na peça «Tem a Palavra a Revista».

**Atletismo em Faro**

Está tudo a postos para a realização da XIV Taça dos Clubes Campeões Europeus de Estrada (Atletismo), que este ano se disputa num circuito traçado pelas ruas e artérias da cidade, no sábado, dia 13, às 16 e 30. A autarquia farense promove a realização da Bienal de Poesia – Poesia Internacional em Faro, agendada de 16 a 21 de Outubro. Trata-se de um evento cultural que traz à capital algarvia 12 poetas provenientes de 11 países e quatro continentes.

Do programa do certame faz ainda parte concertos musicais e novos lançamentos de poesia.

**Teatro em Guimarães**

«Amor Cão», de Alejandro Iñárritu, é o filme em exibição, esta noite, a partir das 21 e 45, no auditório da Universidade do Minho. A partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 18, o Cinema S. Mamede projecta uma película assinada por Dominic Sena – «Operação Swordfish». A inauguração da exposição «Missões Jesuítas do Brasil», pela ENARTES (Brasil), será inaugurada amanhã, pelas 21 e 30, no Museu de Arte Primitiva Moderna. Também no dia 12, às 22 horas, o Paço dos Duques de Bragança será palco da peça «Olá Brasil», representada pelo Clube de Teatro Duques e Cenas, de Vila Nova de Famalicão. No sábado, à mesma hora e no mesmo local, veja a encenação de «A Birra do Morto», com a Associação de Teatro Independente de Porto D'Áve (póvoa de Lanhoso).

**Festa em Lisboa**

Amanhã, sexta-feira, estreiam nas salas de cinema alfacinhas as películas «A Janela da Alegria», de Nigel Cole; «O Diário da Princesa», de Gary Trousdale; «Operação Swordfish», de Dominic Sena; e «Táxi – Brigada Anti-Gang», de Gérard Cawczyk. O fado é a grande aposta da V Festa das Colectividades de Lisboa, que decorre até domingo, dia 14, na Praça do Comércio. Assim, amanhã e no sábado assista a quatro espectáculos que prometem música cantada e tocada com sentimento. Do programa deste evento constam ainda várias exposições, animação, poesia, canto e dança, bem como várias actividades desportivas.

**Fotos no Montijo**

A exposição «Montijo e o Rio – 100 anos de uma relação» encontra-se patente ao público, até ao dia 28, no Parque de Exposições, espelhando o papel que o rio desempenhou, ao longo dos anos, no desenvolvimento do concelho. «Um Olhar Sobre o Montijo» é o título genérico da mostra fotográfica que poderá visitar, até ao dia 17 de Novembro, de segunda a sábado, na Galeria Municipal.

**Filme em Paredes de Coura**

A comédia romântica inglesa «O Diário de Bridget Jones», de Sharon Maguire, será exibida, este fim-de-semana, no Centro Cultural, às 21 e 30 (dia 13) e pelas 15 horas e 21 e 30 (dia 14).

**Homenagem em Santo Tirso**

A Biblioteca Municipal, no seu programa de actividades deste mês, inclui a homenagem a José Régio, através de uma mostra intitulada «José Régio e os mundos em que viveu». Assim, até ao dia 27, viaje pela biografia e bibliografia deste escritor de Vila do Conde, um percurso que será animado por 16 enormes painéis ilustrativos.

**Artes em Sintra**

Amanhã, às 21 horas, a Galeria Municipal de Fiteiras inaugura duas exposições. No primeiro piso estará patente a VI Mostra de Arte dos Professores e Educadores do Concelho de Sintra. No segundo andar será exibida uma mostra colectiva de pintura e escultura, de Arminda Bernardino, Fernanda Seles e Rui de Basto. Ambas as exposições estarão abertas ao público, de quarta-feira a domingo, entre as 14 e as 20 horas, até ao dia 4 de Novembro.

SUGESTÃO

**Festa do Cinema Francês**

A Embaixada de França promove, de 10 a 14 de Outubro (Fórum Lisboa) e entre os dias 15 e 21 (Cinema Nimas), a segunda edição da Festa do Cinema Francês. Trata-se de um evento integralmente dedicado ao mais recente e inovador cinema de ficção, em todos os estilos e modos de difusão. Realizadores, actores e atrizes de algumas películas apresentadas passaram pelo Fórum Lisboa. No programa deste evento constam as obras de Jean-Pierre Jeunet (*Le Fabuleux Destin d'Amélie Poulain*); Mathieu Kassovitz (*Les Rivières Pourpres*); Jean-Luc Godard (*Éloge de L'Amour*); Michael Haneke (*Le Pianiste*); Christophe Gans (*Le Pacte des Loups*); Gérard Krawczyk (*Taxi II*); François Dupeyron (*La Chambre des Officiers*); Francis Weber (*Le Placard*); e Gérard Corbiau (*Le Roi Danse*). O cartaz do cinema Nimas inclui os filmes de autor *Ceci Est Mon Corps* (Rodolphe Marconi); *Après La Reconciliation* (Anne-Marie Miéville); *Samia* (Philippe Faucon); *La Vierge des Tueurs* (Barbet Schroeder); *Esther Kahn* (Arnaud Desplechin); *De L'Amour* (Jean F. Riche); *Comment J'ai Tué Mon Père* (Anne Fontaine); *Liberté-Oléron* (Bruno Podalydès); e *Café de La Plage* (Benoit Graffin).

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Hai-Kai**

Nós temos cinco sentidos: são dois pares e meio d'asas.

– Como quereis o equilíbrio?

David Mourão-Ferreira  
In «Livro de bolso», publicações  
D. Quixote, 2ª ed., 1971

*Baile de Outubro*  
com a Orquestra da Amadora

**Sábado 13**  
16h00 – 19h00

Tenda  
Centro Cultural de Belém

**ENTRADA LIVRE!**

VISTO DE BRUXELAS

Manuel dos Santos\*



## A TERCEIRA TORRE!

**A** comunicação social tem analisado, sob todos os pontos de vista, os acontecimentos decorrentes do ataque suicida a Nova Iorque. Naturalmente que são muitos e variados os acontecimentos relatados e as interpretações avançadas. A notícia que mais me impressionou foi a do relato do último telefonema de um jovem quadro americano para a sua esposa, dizendo-lhe que não se preocupasse pois, felizmente, ele estava na segunda torre e tudo o que de mau se passava ocorria na torre vizinha. Claro que o jovem não imaginava o que ocorreria poucos minutos depois e que ele próprio seria vítima inocente da insensatez de um (ou vários) louco(s) e do extremismo das ideias de grupos de assassinos, treinados e doutrinados exclusivamente para matar e destruir. A parábola da segunda torre, provisoriamente intacta mas já irremediavelmente condenada, faz-me pensar sobre a atitude assumida por alguns líderes políticos e por segmentos significativos de algumas opiniões públicas.

O que se passou no dia 11 de Setembro não foi um mero ataque terrorista a interesses materiais e culturais dos Estados Unidos. O terrorismo contra Nova Iorque e Washington e o instrumento possível, no momento, do conflito de duas civilizações, contraditórias e dificilmente harmonizáveis. A civilização ocidental, carregada de defeitos, mas, felizmente, assente no primado do respeito pela vida humana, pela afirmação do Homem e pela transparência e democracia da sociedade e a civilização teocrática, ordenada segundo valores de fundamentalismo religioso, autocrática, intolerante com as mulheres, as crianças e as minorias e geradora (com natural e resignada aceitação) de determinismos cruéis e desumanos. Não é, obviamente, um conflito religioso e muito menos um conflito do islamismo com o cristianismo, pois ambos constituem religiões e morais que preconizam a paz e o amor, mas é, indiscutivelmente, um conflito civilizacional, que opõe uma sociedade democrática, transparente e aberta (logo a esta luz mais frágil) e a

minoría radical que domina e controla uma sociedade fechada, hierarquizada, conformada ao seu destino e orientada irracionalmente para o combate e a destruição do Ocidente. É, neste sentido, um conflito desigual. É porque é um conflito desigual são preocupantes todas as hesitações, criminosos todos os abandonos e suicidas todos as interpelações. Depois do 11 de Setembro todos perdemos alguma coisa. As sociedades livres onde ainda vivemos evoluem, naturalmente, para níveis securitários mais restritivos. O medo instalou-se em muitos de nós e a depressão social atingiu os mais conscientes ou esclarecidos. Ainda mais do que as mortes de Nova Iorque e Washington, estas consequências são dramáticas e os seus autores não podem ser perdoados. E como as coisas não acontecem só aos outros, como avisadamente pensava Brecht, que cada um de nós pense (e actue) no convencimento que pode estar, neste momento, na «terceira torre» do conflito.

\*Deputado ao Parlamento Europeu

«Tenho o maior gosto em realizar aquilo que já devia estar feito»  
**José Sócrates**  
Visão, 4 de Outubro


«Queremos fazer um planeamento do abastecimento de água e esgotos, não ao nível concelhio, mas regional.»  
**Idem, ibidem**

«O nível de sofisticação e de exigência que se coloca hoje na gestão dos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais exige empresas.»  
**Idem, ibidem**

«É o momento em que devemos ser claramente solidários com os EUA mas não ceder aos que no nosso próprio país são mais papistas que o Papa e pregam o espírito de cruzada»  
**Manuel Alegre**  
Diário de Notícias, 8 de Setembro

«A música brasileira é muito rica. O meu principal papel foi o de ser um articulador de ideias, o dar a mirada histórica»  
**Caetano Veloso**  
Visão, 4 de Outubro

«A única certeza que podemos ter é a de que a incerteza veio para ficar»  
**Helena Roseta**  
Ibidem



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,5 € / 5,00\$	4 € / 8,00\$
Regiões Autónomas	3,5 € / 7,00\$	6 € / 12,00\$
Macau	6,5 € / 13,00\$	12 € / 24,00\$
Europa	7,5 € / 15,00\$	14,5 € / 29,00\$
Resto do Mundo	11,5 € / 23,00\$	22 € / 44,00\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,3 € / 16,50\$	16,5 € / 32,50\$
Regiões Autónomas	12 € / 24,00\$	23 € / 46,00\$
Macau	23 € / 46,00\$	45,5 € / 91,00\$
Europa	27,5 € / 55,00\$	54 € / 108,00\$
Resto do Mundo	42,5 € / 85,00\$	83 € / 166,00\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**António José Seguro**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

